

REVISTA

INOVAÇÃO

3
FAPEMA

ISSN 1980137-8



Ano 9 · Nº 32 · 2017

A CIDADE DE SÃO LUÍS ENTRE O TRAÇADO PASSADO E A CONTEMPORANEIDADE

ESTUDO ANALISA TRANSFORMAÇÕES
ECONÔMICAS, SOCIAIS E ESPACIAIS EM
MUNICÍPIOS MARANHENSES CORTADOS
PELA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS

CONFORTO TÉRMICO NAS RESIDÊNCIAS
DE SÃO LUÍS É UMA QUESTÃO DE SAÚDE

POLÍTICA DE ACOLHIMENTO
FAMILIAR GARANTE DIREITOS DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES

NOVAS LIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA
AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA
ILHA DE SÃO LUÍS



ENERGIA, VIDA & CRIATIVIDADE

NOVOS OLHARES PARA A
CIÊNCIA NO MARANHÃO

MAIS CIÊNCIA

MAIS QUALIFICAÇÃO

POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

MAIS INOVAÇÃO

PLANO DE TRABALHO 2017

FAPENÁ

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

Editorial

A cidade de São Luís comemora 405 anos de fundação. A ilha é um lugar que se transforma em vários núcleos e identidades em busca de territórios próprios e que precisam ser captadas e reforçadas em suas estruturas positivas. O papel do poder público deve ser reforçar estas identidades e oferecer condições para que a autoestima do cidadão possa ser uma aliada no processo de construção da cidade.

O 3º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial - De olho no futuro – realizado em Brasília, em abril passado, reuniu parlamentares e gestores municipais de todo o país, para discutir estratégias e ações de gestão das cidades históricas brasileiras. O objetivo do evento foi alavancar o crescimento econômico e social desses municípios, aliando a preservação do Patrimônio Cultural e o desenvolvimento sustentável. As discussões giraram em torno da transversalidade das políticas públicas voltadas a turismo, educação, geração de emprego e renda, visando o crescimento do Brasil por meio da cultura.

Também foi destacada a im-

portância das parcerias entre a sociedade civil e o poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, para consolidar políticas, recursos e ações que preservem o patrimônio cultural de maneira atrelada ao desenvolvimento sustentável das cidades, além do debate sobre o turismo nas cidades reconhecidas como Patrimônio Mundial, a estruturação de destinos patrimoniais com infraestrutura turística e a qualificação do turismo cultural no país.

A preocupação dos gestores é antiga e busca a prática de gestão e arquitetura relacionada às questões culturais e urbanas, sociais e políticas, como devem ser feitas as cidades para ser lugares de e para a convivência entre os moradores. Cidades como oportunidades de convívio e de trocas humanas em espaços públicos e livres. Cidades que ofereçam boas condições de mobilidade para seus moradores.

As cidades mundiais têm buscado estabelecer um diálogo entre expoentes de organizações públicas e privadas. Pesquisadores de múltiplas áreas do conhecimento, cujas pesquisas abordam espaços e situações urbanas em

diferentes lugares no planeta, e que lutam para construir um novo olhar para as contradições e conflitos que marcam as grandes cidades contemporâneas, são fundamentais na colaboração para o embasamento de políticas de gestão.

As pesquisas divulgadas nesta edição a partir da página 16 provam que os pesquisadores do Maranhão estão conectados à ideia de construção de cidades melhores para seus habitantes. Qual a relevância da discussão sobre as transformações sociais e econômicas dos municípios maranhenses cortados pela Estrada de Ferro Carajás? É importante discutir sobre desafios de política urbana da Região Metropolitana de São Luís? O que a sociedade ganha quando existe política de acolhimento familiar para garantir direitos de crianças e adolescentes em São Luís? O quanto se aprende com as novas lições da educação para as relações étnico-raciais na ilha de São Luís? São algumas das questões aqui expostas como um presente de aniversário da nossa cidade. Parabéns a São Luís e a seus cidadãos!

Maristela Sena | Editora

Expediente

Governador do Estado do Maranhão
Flávio Dino

Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Davi Telles

Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA

Diretor-Presidente
Alex Oliveira de Souza

Diretora Administrativa-Financeira
Mariza dos Santos Mendes

Diretora-Científica
Silvane Magali Vale Nascimento

Coordenadora do Núcleo de Difusão Científica - NDC e Editora responsável
Maristela Sena

Redação
Asmyne Barbosa, Israel De Napoli, Leandro Alves, Leidyane Ramos e Maristela Sena

Design Gráfico
Motta Junior

Fotos
Arquivo FAPEMA, Israel De Napoli, Maurício Alexandre, Fellipe Neiva, Handson Chagas e Erly Silva

Foto de Capa
Márcio Vasconcelos

Fale Conosco
ndc@fapema.br
Tel.: (98) 2109-1433

Endereço
Rua Perdizes, nº 05, Qd 37
Jardim Renascença
São Luís - Maranhão
CEP: 65075-340
Tel: (98) 2109-1400
Fax: (98) 2109-1411



10

Entrevista

Sanadya de Medeiros Souza



16

A cidade de São Luís entre o traçado passado e a contemporaneidade

Estudo analisa transformações econômicas, sociais e espaciais em municípios maranhenses cortados pela Estrada de Ferro Carajás

22



24

Novas formas de mobilização política na Zona Rural II

Conforto térmico nas residências de São Luís é uma questão de saúde

28



32

Desafios de política urbana da Região Metropolitana



36

Gênero e sexualidade na formação docente



38

Política de acolhimento familiar garante direitos de crianças e adolescentes



42

Novas lições da educação para as relações étnico-raciais na ilha de São Luís

EDITAL **MEIVA**
MOREIRA

Livros

O Governo do Estado do Maranhão e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), apresentam o Edital nº 043/2017. Os recursos financeiros deste edital destinam-se ao apoio à comunidade acadêmica a partir da publicação de livros contribuindo para a ampliação da produção científica e fortalecendo a pesquisa e a pós-graduação do estado do Maranhão.

Acesse o site
www.fapema.br

FAPEMA

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



FOTO SÍNTESE

Aqui você tem a oportunidade de revelar imagens do universo da sua pesquisa. É só enviar para ndc@fapema.br



UNIVERSO EQUINOX

Fotografias de Francisco Armond do Amaral, professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão

O Projeto EQUINOX – Atelier Internacional de Criação Urbana teve início em 2008, quando os departamentos de Arquitetura e Urbanismo da UEMA e de Engenharia Urbana da Universidade de Paris-Est Marne-la-Vallée (UPEMLV) organizaram um evento de caráter bilateral chamado de Atelier EQUINOX. Ao longo dos anos, outras universidades se engajaram como parceiras ao evento: a Escola Nacional Superior de Arquitetura de Marselha (França); La Sapienza e Camerino-Ascoli Piceno (Roma); a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade Federal do Maranhão; Universidade de Belgrado da Sérvia.

O projeto reflete mostras de concepção colaborativa, reflexões metodológicas e projetuais para enfrentar desafios das cidades brasileiras e do mundo. Em 2010 foram criados nove projetos para a Cidade de Mont-de-Marsan, no sul da

França, pelos alunos da UEMA em parceria com os alunos da Paris-Est Marne-la-Vallée. O Atelier EQUINOX permitiu aos estudantes de origens e culturas diferentes, a utilização de métodos de trabalho diferentes, e de aplicá-los em um mesmo sítio urbano com objetivos comuns.

Das seis versões já realizadas, quatro ocorreram na cidade de São Luís, nos anos de 2009, 2011, 2012, 2015 com projetos elaborados para o Centro Histórico de São Luís, Sítio do Tamancão, bairros da Liberdade, Vinhais Velho, Comunidade da Portelinha, na região próxima ao bairro do Calhau e do Sítio Nossa Senhora do Loreto, na região da Cidade Operária.

Em 2016, a sétima versão do EQUINOX, foi realizada na Universidade de Camerino, na cidade de Ascoli Piceno, na Itália, e teve como tema Well Being and Creative City (Bem-estar e cidade criativa).



Os Editais Cooperação Internacional, Estágio Nacional e Estágio Internacional fazem parte do **PROGRAMA CIDADÃO DO MUNDO** que apoia a mobilidade acadêmica internacional e nacional com foco nas parcerias multilaterais, intercâmbio de projetos, estágios e iniciação científica, entre pesquisadores residentes e vinculados a instituições de ensino públicas no Maranhão com grupos de instituições de pesquisa localizados no Brasil e no exterior, e que visem à obtenção de resultados científicos relevantes.

EDITAL
**ESTÁGIO
NACIONAL**

EDITAL
**ESTÁGIO
INTERNACIONAL**

EDITAL
**COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**



FAPEMA

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



Acesse o site www.fapema.br



ENTREVISTA
Sanadja de Medeiros Souza

Sanadja de Medeiros Souza

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba, mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco, doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua como professora Adjunta na Universidade Estadual do Maranhão. Tem experiência na área de arquitetura e urbanismo, com ênfase em conforto ambiental e sustentabilidade, atuando principalmente nos seguintes temas: confortos térmico, acústico e lumínico, planejamento ambiental urbano e sustentabilidade ambiental.



AS CIDADES EM SÃO LUÍS

Maristela Sena

Fotos: Israel De Napoli e Maurício Alexandre

São Luís tem 405 anos de fundação e vivencia problemas comuns a muitas cidades no planeta. O lugar se expandiu para fora do seu centro histórico, ganhou outros recortes e contornos a partir de novos bairros e construções distantes da cidade velha. Diante do aumento da população e do crescimento desordenado, que chegou a transformar territórios da ilha em novos municípios, as políticas públicas não conseguiram atender a enorme demanda da capital e de sua área metropolitana. A arquiteta e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, Sanadja de Medeiros Souza, fala sobre problemas, mas também aponta algumas discussões que acontecem hoje, em fóruns dedicados às questões dos grandes aglomerados urbanos. Todos sonhamos com uma cidade acolhedora e acessível, mas é necessário “gestores comprometidos com o coletivo e cientes de que a construção da cidade desejada passa de sobremaneira por profundas transformações econômicas, políticas, sociais e ambientais”, capazes de distribuir “essa responsabilidade com o poder público, a iniciativa privada e os cidadãos”. Para Sanadja, a construção de uma cidade ideal está aliada à “política ética capaz de defender com justiça e equidade os anseios do povo, à iniciativa privada cabe lutar pelo crescimento econômico e social da cidade, e aos cidadãos compete reconhecer sua cidadania e lutar por ela”.

Há uma prática mundial ditada pelo interesse privado e direcionada contra a população na tentativa de excluir do cidadão o direito de ser e estar na cidade. Como a inovação projetual produzida em ateliers de concepção colaborativa consegue imprimir resultados para reduzir o fosso social que separa as cidades em setores ricos e servidos de infraestrutura, e partes pobres e sem serviços e equipamentos sociais?

Os projetos desenvolvidos em ateliers de concepção colaborativa são construídos por atores que compartilham seus diferentes saberes em busca de soluções para os problemas urbanos conhecidos por todos, vivenciados por muitos e nem sempre solucionados pelos modelos de planejamento urbanos praticados. Nesse viés dá-se o caráter inovador dos projetos desenvolvidos por concepção colaborativa – defendem seu próprio método – através dos quais conhecem as demandas, os problemas e

as potencialidades de ambos os setores da cidade: dos ricos e dos pobres. Conhecendo as duas realidades, os projetos desconstroem modelos, utilizam novas tecnologias para criar soluções originais, inovadoras, pertinentes e adequadas às necessidades das pessoas por infraestrutura e serviços básicos. Acredito ser possível minimizar as diferenças e contribuir para diminuir o fosso entre os dois setores. É necessário oferecer aos cidadãos conectados e colaborativos uma cidade que se reinventa com todos os setores ligados em redes de infraestrutura e serviços por meio da conectividade entre os poderes público e sociedade. É uma forma de se garantir políticas públicas com equidade nos dois setores. Instantaneidade de processos, cooperação e inovação. Eu penso que essa pode ser uma maneira de se viver numa cidade mais igualitária, cujos setores sirvam para identificar a oferta de serviços sem jamais categorizar diferenças.

Como surgiu o projeto Atelier de Criação Urbana EQUINOX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UEMA para a cidade de São Luís?

O projeto Atelier de Criação Urbana EQUINOX surgiu do empreendedorismo do professor Alex Oliveira e da vontade dele e da professora Marluce Wall, ambos professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), de trabalhar novos métodos de projeção fundamentados na troca de experiências de vidas para que se pudesse pensar a cidade a partir de uma prática mais humana de se viver em comunidade e acolher o outro. Acreditando nisso, em 2003, o professor Alex durante o tempo em que cursou o seu doutorado na França, na Universidade de Paris-Est-Marne-la-Vallée (UPEMLV), desenvolveu uma boa relação com a instituição francesa. Em 2008, com a proximidade da realização do ano da França no Brasil a ser realizado em



Entardecer no Palácio dos Leões, residência oficial do governador do estado

2009, os Departamentos de Arquitetura e Urbanismo da UEMA e o Departamento de Engenharia Urbana da UPEMLV organizaram um intercâmbio científico de caráter bilateral. Nasceu, então, o Atelier de Criação Urbana Franco-Brasileiro EQUINOX, que passou a contar com inúmeros outros professores da arquitetura da UEMA colaborando com o processo. Muitas foram as questões colocadas, a primeira delas tratou da forma como reunir estudantes de duas realidades tão diferentes para trabalhar um tema comum. Para isso, considerou-se São Luís do Maranhão-Brasil como local de intervenção urbana, onde seriam desenvolvidos estudos para diferentes lócus da cidade e realizadas proposições de projetos urbanos para esses. A segunda questão referia-se ao tipo de trabalho que seria possível desenvolver em conjunto com ambos os grupos de estudantes e professores coordenadores, num curso espaço de tempo. Nesse contexto, analisou-se o tipo de trabalho desenvolvido por cada universidade e decidiu-se que o atelier seria voltado à criação urbana e estudaria a cidade em suas mais diferentes cenas.

Ao longo de muitas edições o EQUINOX firmou várias parcerias com universidades nacionais e estrangeiras. Quais os parceiros e qual a importância da existência do EQUINOX para São Luís?

O EQUINOX já ampliou suas divisões e incorporou mais um país, a Itália, enriquecendo ainda mais os trabalhos de cooperação que atualmente compreendem e

trocamos experiências entre Brasil, França e Itália. Os alunos franceses e italianos já vieram a São Luís e os brasileiros já vivenciaram a realidade de cidades europeias. A importância desse projeto pra São Luís é enorme, pois a cidade passa a ser um laboratório onde se estudam diferentes processos com distintos olhares e fazeres. Os resultados desse trabalho são valorosas proposições para as cidades estudadas e ricas e invulgares experiências vivenciadas por todos. Os alunos do curso de arquitetura da UEMA veem a cidade por trás dos muros depois do EQUINOX, são

Através das parcerias entre o poder público e a iniciativa privada é possível a reabilitação de centros históricos como um dos mecanismos que permite caminhar para um desenvolvimento sustentável. A reabilitação de imóveis a novos usos é um valioso vetor para conservação das estruturas já existentes, mantendo a identidade e memória do local, fomentando a sustentabilidade cultural e social.

mais ousados e criativos. Com os ateliers ganham todos, mas de sobremaneira a cidade, que ganha novos olhares e novas soluções para problemas persistentes e muitas vezes esquecidos.

O pensador, ativista da educação, da política e do urbanismo, o arquiteto João Batista Vilanova Artigas (1915-1985), defendia e praticava a arquitetura relacionada diretamente às questões culturais e urbanas, seu legado - pensar a cidade em suas implicações sociais e políticas e não apenas como um projeto esboçado numa prancheta. Essa demanda parece ser atual e buscada por gestores em busca das cidades possíveis? O que seria

essa cidade quando pensamos em SL?

A cidade sonhada por Artigas é também a desejada pela maioria dos cidadãos e buscada por gestores comprometidos com o coletivo, e cientes de que a construção da cidade desejada passa de sobremaneira por profundas transformações econômicas, políticas, sociais e ambientais. Aos agentes dessas transformações cabe compartilhar essa responsabilidade com o poder público, a iniciativa privada e os cidadãos, para que juntos possam melhorar a vida dos cidadãos. Para vivenciarmos a cidade idealizada por Artigas é fundamental transformar a política desacreditada, numa política ética capaz de defender com justiça e equidade os anseios do povo, além de defender a preservação da Biosfera. A iniciativa privada cabe lutar pelo crescimento econômico e social da cidade, abraçando políticas de sociabilização e inclusão. Aos cidadãos compete reconhecer sua cidadania

e lutar por ela. A união desses agentes pode transformar as cidades de hoje em cidades possíveis para o amanhã, onde haja o resgate da “Alma da Cidade”, como diz Aldo Rossi, referindo-se à memória coletiva, para que possa resistir às transformações, engrandecendo a construção dessa cidade possível. Desconstruindo modelos de perfeição e permanência, imagino uma São Luís incluyente, de bases sustentáveis e sustentadas, onde o crescimento econômico promova uma distribuição mais equitativa de aportes para tornar possível o desenvolvimento de todos os setores dessa cidade com justiça social. Também vislumbro uma cidade onde as pessoas defen-

dam o meio ambiente natural e reconheçam a riqueza do patrimônio imaterial e material da cidade antiga para que possamos salvaguardar a memória coletiva e o sentimento de pertencimento ao lugar, que faz-nos mais Ludovicensis. Essa é a São Luís possível, assim como é uma realidade possível para outros países.

O 3º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial - De olho no futuro - foi realizado em Brasília, em abril passado em parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e a Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM). Reuniu parlamentares e gestores municipais de cidades históricas de todo o país, além de representantes dos ministérios da Cultura, do Meio Ambiente, do Turismo, entre outros. Uma das ações sugeridas para gestão das cidades históricas brasileiras foi “alavancar o crescimento econômico e social desses municípios, aliando a preservação do Patrimônio Cultural e o desenvolvi-

mento sustentável”. É possível conciliar sustentabilidade e desenvolvimento econômico nessas cidades? Há exemplos de práticas bem sucedidas nesta área?

Esse é um dos grandes desafios da sustentabilidade, mas acredito que através das parcerias entre o poder público e a iniciativa privada é possível a reabilitação de centros históricos como um dos mecanismos que permite caminhar para um desenvolvimento sustentável. A reabilitação de imóveis a novos usos é um valioso vetor para conservação das estruturas já existentes, mantendo a identidade e memória do local, fomentando a sustentabilidade cultural e social. O turismo é outro importante vetor para impulsionar o desenvolvimento econômico dos centros históricos e se alcançar a sustentabilidade econômica do local, colocando-se como desafio a conservação do patrimônio, que em sítios históricos pode dar-se respeitando a capacidade de carga dessas estruturas, antes que essas deem sinal de fragilidade. O centro antigo da cidade de Barcelona é um exemplo de práticas bem su-

cedidas de articulação entre os processos de reabilitação, conservação e ocupação do centro histórico com a sustentabilidade em suas diferentes matrizes. Lá se desenvolvem atividades comerciais, as pessoas moram, trabalham e socializam.

No Brasil e em outros países em desenvolvimento existem cidades enormes. Países que não conseguem enfrentar dificuldades decorrentes do aumento de uma população que traz problemas marcados pelas diferenças étnicas, sociais e econômicas. As tentativas de se estabelecer uma discussão entre representantes de organizações públicas e privadas e pesquisadores de destaque no campo da antropologia, do urbanismo, da economia, da história e da geografia, cujas pesquisas abordam espaços urbanos de diferentes cidades e continentes, buscando produzir novos olhares sobre as contradições e conflitos que marcam as grandes cidades contemporâneas, têm gerado algum resultado?

O Brasil não é um país que possui grandes investimentos em



O passado e o presente convivem na rua Portugal, na velha Praia Grande



Arcos do Convento das Mercês, construção iniciada em 1654, atualmente abriga acervo museológico e bibliográfico

pesquisa, comparado a outras realidades. Eu sou persistente e acredito que sempre é possível desenvolver pesquisas, encontrar novas possibilidades e obter resultados. Muitos são os pesquisadores que se ocupam em pesquisar essas grandes cidades insustentáveis, e alternativas para se alcançar os caminhos da sustentabilidade social, política, econômica e ambiental. Para alguns, esses caminhos estão na construção de novas cidades sustentáveis, a exemplos das que estão sendo construídas na China, na Cidade do México e nos Emirados Árabes. Todas buscam solucionar conflitos urbanos e ambientais, porém, até que estejam prontas e habitadas não se saberá se realmente são sustentáveis, mas acredito que estas são tentativas de acertar. Acredito que ações como essas são exemplos de que os resultados estão latentes e poderão corroborar para melhorar a vida das pessoas nas cidades.

O censo de 2010 aponta que no Brasil uma em cada dez residências está desocupada. Isto sig-

nifica que cerca de seis milhões de casas estão fechadas, o que corresponde ao mostrado como “déficit” habitacional brasileiro, e por isso se investe em programas habitacionais de governo. O direito à moradia é um dos maiores problemas nas cidades do mundo. Discussão contemporânea que envolve aspectos da economia e materiais, mas também humanísticos, simbólicos e culturais. Por que os executivos de projetos voltados para a habitação popular se distanciam e desconhecem cada vez mais essas dimensões de demanda universal?

Primeiramente, não acredito que esses executivos desconheçam as dimensões de demanda universal por habitação popular, acredito que eles não são cobrados devidamente, e como visam, fundamentalmente, ao lucro e não temos mecanismos eficazes de controle e monitoramento dessas ações, pois embora existam as leis, o resultado é comprometido. No Brasil, continuamos sem grandes avanços no planejamento de habitação popular.

Não existe um planejamento participativo, fazendo com que os órgãos de fomento que desenvolvem as diretrizes de projeto básico, tratem as soluções de modo local ao invés de tratá-las a nível global. Os executivos não se interessam em desenvolver projetos confortáveis, humanizados e eficientes porque não existe exigência por parte dos órgãos de fomento, tampouco fiscalização eficaz. No maior programa de habitação popular brasileiro “Minha Casa, Minha Vida”, muitos exemplares já entregues dão sinais de problemas construtivos. O planejamento participativo permite a escolha inteligente de estratégias de desenvolvimento urbano a partir de visões introspectivas e exteriores da realidade conhecida. Para mudar esse cenário que se observa hoje, é necessário quebrar paradigmas, construir novos, consolidar valores éticos e morais, além de políticas públicas que sejam capazes de ofertar às pessoas uma cidade humanizada, composta por pessoas éticas e por gestores honestos, comprometidos com o coletivo e o bem-estar social.■

A CIDADE DE SÃO LUÍS ENTRE O TRAÇADO PASSADO E A CONTEMPORANEIDADE

Maristela Sena
Fotos: Divulgação

Carolina Maria de Araujo Martins Silva Leite
Licenciada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e em Desenho Industrial pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Possui atelier próprio em São Luís, tendo realizado projetos habitacionais e urbanísticos no Maranhão. Participou como arquiteta-júnior no Inventário Nacional de Bens e Imóveis do IPHAN-MA (2001) e do levantamento da área classificada da cidade de São Luís. Concluiu o mestrado pré-Bolonha em Recuperação do Patrimônio Arquitetônico e Paisagístico pela Universidade de Évora (Portugal) com ênfase na reabilitação urbana da cidade de Alcântara, Maranhão. Foi colaboradora do escritório especializado em arquitetura cênica, Espaço Tempo e Utopia, ETU. Doutora em Urbanismo pela Universidade de Lisboa.

O projeto urbanístico de Lisboa contribuiu para o que temos hoje no Centro Histórico de São Luís e esses padrões arquitetônicos demarcaram a criação de outras cidades no Brasil. Talvez por isso, quando se está em Lisboa, é possível reconhecer a capital do estado do Maranhão em diversos edifícios, becos, la-deiras, ruelas e escadarias. E foi esta a cidade estrangeira escolhida por Carolina Maria de Araujo Martins Silva Leite para escrever a tese “Entre o traçado do passado, o plano moderno e a prática contemporânea - preservação e expansão de São Luís do Maranhão: 70 anos de planejamento urbanístico”, financiada pelo EDITAL FAPEMA Nº030/2012 BOLSA DE DOUTORADO NO EXTERIOR, sob orientação da professora Tânia Liani Beisl Ramos. A investigação foi iniciada no ano de 2011, com o ingresso no curso de Doutorado em Urbanismo da Faculdade de Lisboa, sendo o primeiro ano dedicado à parte curricular e, a investigação propriamente dita, iniciada no ano de 2012.

O objetivo de sua investigação é analisar as estratégias adotadas nos planos urbanísticos e os seus desempenhos na dinâmica de ocupação do solo de São Luís do Maranhão, tendo como recorte temporal as publicações do Código de Posturas (1936) e o atual



e vigente Plano Diretor (2006), incidindo na análise da morfologia urbana e no uso dos espaços da cidade. O principal incentivo de sua investigação está “na necessidade de conhecer e analisar os projetos e na prática dos instrumentos de planejamento urbano aplicados em São Luís, nessa dicotomia entre valores, entre preservar formas e processos eruditos, e na expansão apoiada nos princípios do «Movimento Moderno» ou de outras referências”.

A dicotomia entre o desinteresse e a valorização, entre o passado e o presente do Centro Histórico como eixo de desenvolvimento territorial, reflete as políticas urbanas levadas a cabo. Argumenta-se, portanto, sobre a necessidade de reflexão entre o projeto e a prática, como métodos de desenvolvimento da investigação.

Na necessidade de relacionar a própria morfologia com o planejamento urbano, a avaliação dos instrumentos apresenta-se como um conjunto de ferramentas para conhecer e antecipar a cidade que se planeja. Cada índice ou dado quantitativo proposto no instrumento traduz-se numa forma que deve ser bem entendida antes de ser tomada como regra. Pretende-se que a análise dos planos urbanos contribua para a reflexão do desenho e morfologia urbana da cidade, enquanto espaço físico de organização social, de circulação, produção, consumo, um espaço de relação em constante processo de construção.

A pesquisadora Carolina Leite fala sobre a experiência de desenvolver este estudo fora do Brasil. “O doutoramento acaba por ter longos períodos de reflexão. A instituição de ensino Universidade de Lisboa conta com um excelente grupo de professores e de atividades, o que possibilita ter acesso a diversas conferências dentro do campo de estudo da tese, fomentando a reflexão. Essas atividades decorrem ao longo de todo o ano letivo. A investigação desenvolvida é muito inovadora, pois traz uma visão diferente da habitual para as transformações da cidade

de São Luís, que só foi possível com a troca de informações em conferências e o acesso a novas tecnologias para análise dos dados”.

O projeto urbanístico de Lisboa serviu como um modelo para a construção das ruas do centro de São Luís. Ela descreve em sua tese como “a cidade surgiu e teve seu desenvolvimento ao longo de três séculos, com base em regras bem definidas pela Metrópole Lisboa. Essas regras serviram para a construção de outras «Cidades Reais» ou mesmo de indicação para as demais aglomerações produzidas no Império português. São Luís enquadra-se nas afirmações de Portas (2005 [1994]: 15) de que a colonização portuguesa revela uma cultura urbana e administrativa que produziu ‘centenas de «cidades» de enorme coerência funcional e significado artístico que perduram ao longo de quatro séculos de profundas transformações’.”

Segundo Carolina Leite, “com a independência do Brasil (1822), perde-se esse referencial, muito associado às particularidades locais, por resultar numa forma que representava a dependência enquanto colônia, a dependência de um poder já ultrapassado. É justamente com a rutura da imagem colonial que surgem as primeiras propostas para a alteração urbana da cidade. Retomamos assim a dicotomia entre o desinteresse e a valorização, entre o passado e o presente. E são essas «novas» regras modernas definidas, a contrastar com as «antigas» regras da Metrópole, que resultam em propostas de desvalorização do centro fundacional”.

Mas sempre resta o tempo de retorno ao tradicional. Posteriormente, “as particularidades e os valores dessa área degradada voltam a ser identificados numa corrente de valorização do tradicional. A cidade de Lisboa é parte integrante desse estudo, no sentido prático, por ter tido um percurso semelhante, quando dos planos do Duarte Pacheco e das propostas de revalorização da Baixa Pombalina; ou no sentido teórico, visto que as regras que embasaram a construção colonial de São Luís estão intimamente

ligadas à própria construção da Metrópole”, analisa Leite.

Tantos anos de pesquisa resultaram na divulgação de artigos científicos relacionados com a temática da investigação (veja box). Leite aproveita os frutos obtidos com a realização deste estudo e já pensa em novos projetos com a perspectiva de manter um olhar crítico e reflexivo sobre respostas para os problemas das cidades. “A pertinência do tema da investigação incide também nos

trabalhos futuros que podem ser desenvolvidos como contributo para esta tese. Esta investigação pretende produzir matéria analítica e reflexiva sobre a relação entre o projeto e a prática urbana na construção da cidade. As soluções urbanísticas adotadas devem ser sempre questionadas e avaliadas, principalmente devido a uma prática recorrente de reaplicação de soluções, sem uma análise sobre os efeitos que produzem na forma e função da cidade”, ensina.



METODOLOGIA

A investigação apoia-se numa *metodologia empírica* adotada com base num método *hipotético-dedutivo*, de acordo com uma abordagem de carácter misto: por um lado, é desenvolvida uma perspectiva quantitativa, tendo como suporte a análise numérica associada aos índices urbanísticos dos planos referidos; e, por outro lado, a componente qualitativa é assumida enquanto complemento para uma visão mais ampla da realidade, explorando uma análise das interações sociais relativas aos intervenientes nas alterações realizadas nos planos, bem como da ocupação espontânea que se tem vindo a efetuar. Esta organização metodológica é adotada com base num método *hipotético-dedutivo*, com a conjugação da lógica (conceitual) e a experimentação por meio de métodos e técnicas de análise espacial, de forma a validar a hipótese de investigação.

A *metodologia empírica* é realizada com base num estudo de *caso intrínseco*, sendo examinado o objeto em detalhe, no seu contexto natural e complexo, com a intenção de compreender a sua particularidade, recorrendo-se aos métodos mais apropriados (COUTINHO, 2002: 223). Dessa forma, tornou-se necessário estabelecer fronteiras para o estudo de São Luís, que irá incidir nos instrumentos e ações realizadas após o Código de Posturas (1936) até ao Plano Diretor (2006) atual e vigente, e, enquanto espaço físico, no território identificado como Município de São Luís, centrado no núcleo fundacional, Caminho Grande e Gleba do Rio Anil. Ao mesmo tempo, recorrer-se-á a múltiplas fontes de recolha de dados, para perceber o seu carácter holístico, como as observações diretas e indiretas, e as entrevistas exploratórias.

A investigação utiliza uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos, que, ao longo dos diferentes períodos de formação da cidade de São Luís, torna possível uma comparação em diversas escalas e campos teóricos, que se complementam para um entendimento mais complexo da realidade do objeto de estudo. A metodologia utilizada segue uma sequência lógica, em que inicialmente é realizada uma pesquisa bibliográfica com a crítica literária e a clarificação dos principais conceitos utilizados na investigação.

A partir da base bibliográfica, é feita a leitura do tecido urbano de São Luís, conforme cada um dos planos urbanos selecionados para a investigação, em duas visões, o existente e o proposto, numa reflexão entre o projeto e a prática. Para tal, foi levado a cabo o Redesenho Cartográfico de cada fase de estudo, que resultou no *Arquivo Matriz de Trabalho*, AMT. Esse arquivo é efetuado sobre um Sistema de Informação Geográfica, SIG, em que é possível estabelecer um estudo sistemático da evolução urbana, com as suas ruturas e continuidades.

Em conjunto com a leitura da cartografia numa base única, foi possível segmentar os elementos que compõem o tecido urbano, de forma a evidenciar as suas particularidades, mas sem perder a noção de que são elementos indissociáveis. São evidenciados o traçado urbano, o parcelário, a malha, a rua, o espaço público e privado, assentes na métrica utilizada e composições, assim como a hierarquia dos elementos. Os traçados urbanos são avaliados perante as continuidades, definição, regularidade e adequação ao meio em que foi aplicado.





Traços irmãos nas fachadas dos casarões de São Luís e Lisboa - Edifício da Rua do Ouro, Lisboa - Edifício da Rua Portugal, São Luís



Rua das Pedras Negras, Lisboa



Baixa Pombalina, Lisboa Portugal



0 50 100 150m

PRODUÇÃO CIENTÍFICA REALIZADA ENTRE 2011-2017 DURANTE O DESENVOLVIMENTO DA TESE

BORGES, Débora; LEITE, Carolina M. S. – O cotidiano e as práticas nos espaços públicos urbanos, in IV Colóquio dos Doutorandos “Coimbra C: Dialogar com os Tempos e os Lugares do(s) Mundo(s). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013.

LEITE, Carolina M. S. - A cidade que parou no tempo. Morfologias urbanas e características arquitetônicas de Portugal no Brasil. O estudo do Centro Histórico de São Luís do Maranhão, in V Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo (VSIU). Universidad Politécnica da Catalunya: Barcelona, 2013.

LEITE, Carolina M. S; RAMOS, Tânia B. - Expansão Planejada de São Luís do Maranhão: Uma proposta de desenho e de um modo de habitar de Lucio Costa. in 4º DOCOMOMO Norte/Nordeste: Arquitetura em cidades “sempre novas”: modernismo, projeto e patrimônio. Natal: UFPE, 2012.

LEITE, Carolina M. S; RAMOS, Tânia B. - Memórias da ocupação do centro histórico de São Luís do Maranhão, in 5º PLURIS - Congresso Luso-brasileiro para planejamento urbano, regional, integrado e sustentável. Brasília: PLURIS, 2012.

RAMOS, Tânia B; LEITE, Carolina M. S. - Centralidades deslocadas. Bairros periféricos e planejamento urbano, in 5º PLURIS - Congresso Luso-brasileiro para planejamento urbano, regional, integrado e sustentável. Brasília: PLURIS, 2012.

LEITE, Carolina M. S; FIGUEIREDO, Margareth. - Principais anomalias funcionais e estruturais encontradas no casario do Centro Histórico de Alcântara, Maranhão, Brasil, in VII Congresso internacional sobre patologia e reabilitação de estruturas - CINPAR. Fortaleza: UFCE, 2011.



0 50 100 150m



0 50 100 150m

Centro Histórico de São Luís



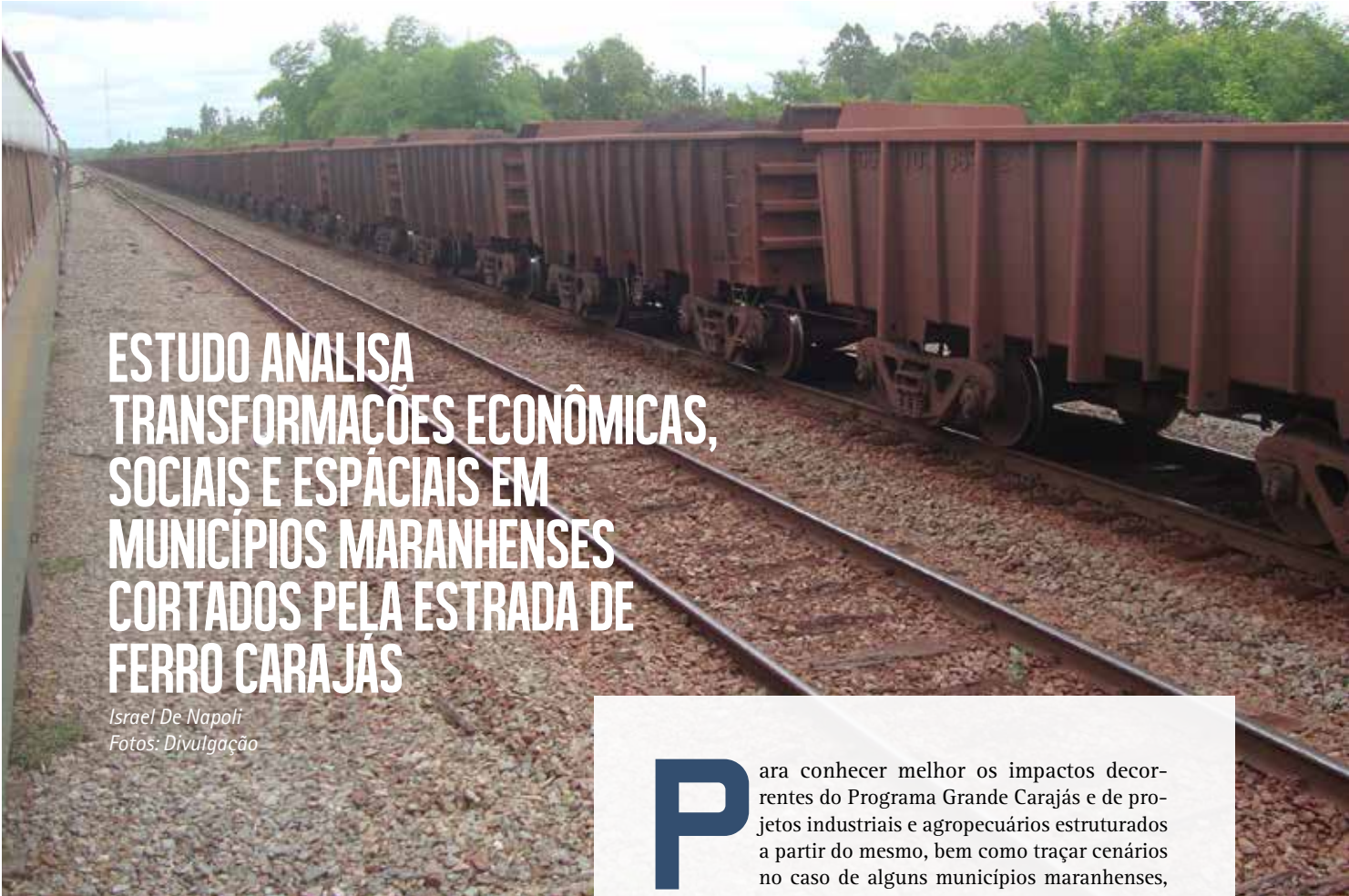
- | | | | | | |
|---------------|-----------|---------------|--------------------------------|-----------------------------------|------------------------------|
| 11 Avenida 01 | 12 Rua 02 | 13 Praça 01 | 14 Palácio da Educação | 15 Estação Rádio Olinda | 16 Praça João Leão |
| 12 Avenida 02 | 13 Rua 03 | 14 Avenida 02 | 15 Colégio dos Países | 16 Jardim de Infância Arthur Lobo | 17 Mercado Modelo |
| 13 Avenida 03 | 14 Rua 04 | 15 Praça 02 | 16 Avenida da República | 17 Praça do Comércio | 18 Es. Prof. Raimundo Moraes |
| 14 Avenida 04 | 15 Rua 05 | 16 Praça 03 | 17 Praça Socorro Galvão Vargas | 18 Praça da Polícia Civil | 19 Mercado Municipal |
| 15 Avenida 05 | 16 Rua 06 | 17 Praça 04 | 18 Centro de Saúde Paulo Ramos | 19 Palácio do Comércio | 20 Praça Duque de Caxias |
| 16 Rua 01 | 17 Rua 07 | 18 Praça 05 | 19 Quartel de Bombeiros | 20 Círculo Esportivo | 21 Novo Colégio da Cidade |
| 17 Rua 02 | 18 Rua 08 | 19 Praça 06 | 20 Desempenho urbano | | |

Desenho da execução do plano de Saboya Ribeiro sob simplificação do mapa da cidade de São Luís, 1926, desenvolvido pelo Eng. José Abranches de Moura. Fonte: MOURA, 1926; RIBEIRO, 1937



- | | | | | | |
|---------------|-----------|---------------|--------------------------------|-----------------------------------|------------------------------|
| 11 Avenida 01 | 12 Rua 02 | 13 Praça 01 | 14 Palácio da Educação | 15 Estação Rádio Olinda | 16 Praça João Leão |
| 12 Avenida 02 | 13 Rua 03 | 14 Avenida 02 | 15 Colégio dos Países | 16 Jardim de Infância Arthur Lobo | 17 Mercado Modelo |
| 13 Avenida 03 | 14 Rua 04 | 15 Praça 02 | 16 Avenida da República | 17 Praça do Comércio | 18 Es. Prof. Raimundo Moraes |
| 14 Avenida 04 | 15 Rua 05 | 16 Praça 03 | 17 Praça Socorro Galvão Vargas | 18 Praça da Polícia Civil | 19 Mercado Municipal |
| 15 Avenida 05 | 16 Rua 06 | 17 Praça 04 | 18 Centro de Saúde Paulo Ramos | 19 Palácio do Comércio | 20 Praça Duque de Caxias |
| 16 Rua 01 | 17 Rua 07 | 18 Praça 05 | 19 Quartel de Bombeiros | 20 Círculo Esportivo | 21 Novo Colégio da Cidade |
| 17 Rua 02 | 18 Rua 08 | 19 Praça 06 | 20 Desempenho urbano | | |

Desenho do plano de Saboya Ribeiro sob simplificação do mapa da cidade de São Luís, 1926, desenvolvido pelo Eng. José Abranches de Moura. Fonte: MOURA, 1926; RIBEIRO, 1937



ESTUDO ANALISA TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS E ESPACIAIS EM MUNICÍPIOS MARANHENSES CORTADOS PELA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS

Israel De Napoli
Fotos: Divulgação

Welbson do Vale Madeira

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA. Mestre em Economia/História Econômica pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE) da UFMA. Atua nas áreas de História Econômica, Economia Internacional e Desenvolvimento Socioeconômico.



Para conhecer melhor os impactos decorrentes do Programa Grande Carajás e de projetos industriais e agropecuários estruturados a partir do mesmo, bem como traçar cenários no caso de alguns municípios maranhenses, o professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Welbson do Vale Madeira, realizou a pesquisa “Modelo amazônico de desenvolvimento e (re)ordenamento territorial: os casos de São Luís e Açailândia, no estado do Maranhão”, um estudo com o objetivo de analisar transformações econômicas, sociais e espaciais em 24 municípios maranhenses cortados pela Estrada de Ferro Carajás, a partir do início deste século. O projeto foi financiado pelo **EDITAL DA FAPEMA Nº 001/2011 BD (FORA DO ESTADO)**.

Desde a década de 1980 toda a área oriental da Amazônia brasileira tem passado por transformações profundas do ponto de vista econômico, social e espacial. Ao mesmo tempo, a maior parte da população dessa região continua vivendo em condições inadequadas, conforme se constatou por meio de diversos indicadores. Em seu trabalho, Madeira afirma ser necessário aprofundar os conhecimentos para que o poder público e os movimentos sociais possam intervir de maneira mais qualificada para melhorar a qualidade de vida da população. “Considerando reflexões nos campos das Ciências Econômicas e da Geografia, principalmente as referenciadas na teoria do desenvolvimento geográfico desigual, entre outros pontos, decidimos analisar planos e programas de desenvolvimento propostos para a Amazônia e para o Maranhão, aspectos históricos, sociais e econômicos dos vinte e quatro municípios, propostas de macrozoneamento ecológico-econômico das duas regiões e os instrumentos de ordenamento territorial dos municípios da área de es-



tudo. Também fizemos observações diretas, entrevistas, registros fotográficos e mapas temáticos”, explica Madeira, doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Durante a coleta de dados, foi sistematizado um perfil provisório de cada um dos municípios da área de interesse: São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios, Cidelândia, Açailândia, Alto Alegre do Pindaré, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Buritucupu, Itinga do Maranhão, Pindaré Mirim, Santa Inês, São Francisco do Brejão, Tufilândia, Anajatuba, Monção, Vitória do Mearim, Arari, Santa Rita, Igarapé do Meio, Itapeturu Mirim, Miranda do Norte, Bacabeira, Rosário e São Luís. Madeira pretende consolidar um banco de dados com informações de cada um dos municípios e, com isso, estimular a produção de artigos científicos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado, tratando de pontos específicos da pesquisa.

“Em termos de benefícios para a sociedade, temos a expectativa de contribuir para a formulação de políticas públicas por parte do Governo do Maranhão e das prefeituras municipais, bem como dispo-

nilizar mais informações para os movimentos sociais da área de estudo”, destaca o professor. No caso de São Luís, entre outros pontos, pretende-se apontar consequências e conflitos de interesses associados à expansão do complexo portuário e às propostas empresariais de novo zoneamento e plano diretor para cidade. Nessa perspectiva, desde o início da pesquisa o professor Madeira tem acompanhado as movimentações empresariais da Prefeitura de São Luís, do Governo do Estado e de algumas comunidades da zona rural.

Wellson Madeira participou da V Conferência Internacional do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), de 19 a 22 de setembro de 2017, na cidade de Maputo, capital de Moçambique. Ele será um dos coordenadores do painel “Commodities e intervenção estatal: experiências contemporâneas no Brasil e em Moçambique”. “Agora estamos avançando nesta tarefa, a partir da produção de trabalhos de campo, de construção de um sistema de indicadores de desenvolvimento municipal e representação espacial desses dados. Os estudos até o momento nos permitiram sistematizar comunicações para três eventos internacionais: em Portugal, na Bolívia e em Moçambique”, informa.

Os estudos iniciados no doutorado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, no período de 2011 a 2015, onde Madeira tratou dos chamados modelos de desenvolvimento econômico e suas relações com o ordenamento territorial no trecho São Luís-Açailândia, alcançaram a contribuição de alguns colegas e alunos de graduação em Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UFMA. “Com apoio da Fundação, estou tentando aprofundar esses estudos para uma área maior e com ênfase no período mais recente”, diz.

Outra pesquisa, intitulada “Transformações econômicas e socioespaciais na área de influência da Estrada de Ferro Carajás, no Estado do Maranhão”, tem sido apoiada por meio do Edital Tecnologias Sociais da Fapema. “Minha atuação tem se dado nos campos da História Econômica e do Desenvolvimento Econômico, sendo que nos últimos anos tenho priorizado investigações baseadas no diálogo entre a Economia Política e a Geografia. Ao mesmo tempo em que busco um rigor científico, coloco-me na perspectiva de contribuir para as lutas dos movimentos sociais e por melhores condições de vida para a maior parte de nossa população”, afirma.



Estudo em 24 municípios maranhenses cortados pela Estrada de Ferro Carajás contribui para a organização dos movimentos sociais



NOVAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA NA ZONA RURAL II

Israel De Napoli

Fotos: Divulgação

Elio de Jesus Pantoja Alves

Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ). Mestre em Sociologia Geral pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Produção Familiar Rural e Ciências Sociais pela UFPA e Museu Paraense Emílio Goeldi. Especialista em Filosofia pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela UFPA. Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão, Departamento de Sociologia e Antropologia; e coordenador do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA). Possui experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento e questões socioambientais, ações coletivas e movimentos sociais.

No início do século XXI, constata-se na Amazônia brasileira, a retomada de ações estatais de planejamento e de execução de grandes projetos com obras de infraestrutura que colocam em questão os territórios ocupados historicamente por “populações tradicionais”. A expansão do mercado e a produção de valor de troca geraram profundas alterações socioambientais, submetendo os grupos sociais em situações de vulnerabilidade social e insegurança jurídica quanto ao controle social do território.

Ao observar essa realidade, o professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Elio de Jesus Pantoja Alves, desenvolveu um estudo para identificar as novas formas de mobilização política na Zona Rural II de São Luís por parte das comunidades rurais, mediante os impactos socioambientais produzidos pela instalação de empreendimentos industriais e portuários. A pesquisa se transformou na tese de doutorado “Repertórios e argumentos da mobilização política na Zona Rural II de São Luís - MA: territórios e ambientes em questão”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e



Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação do professor Horácio Antunes de SantAna Júnior e financiada pelo **EDITAL FAPE-MA Nº 030/2012 BD FORA DO ESTADO**.

“A pesquisa analisou o processo de mobilização política protagonizado por lideranças de duas comunidades da Zona Rural II de São Luís, o Taim e o Rio dos Cachorros, que denunciaram a situação de ameaça de deslocamento compulsório para instalação do projeto Polo Siderúrgico de São Luís entre 2004 e 2005, de iniciativa da Companhia VALE em parceria com a maior siderúrgica chinesa, a Shangai Baosteel, acionista majoritária no empreendimento, e o Governo do Maranhão”, relata Alves.

Segundo o levantamento realizado pela Associação de Moradores do Taim, em 2004, doze povoados (Cajueiro, Parnauaçu, Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Vila Maranhão, Ananandiba, Colier, São Benedito, Vila Madureira e Camboa dos Frades) estavam ameaçados pela instalação da

planta siderúrgica afetando, pelo menos, 14.380 pessoas. A mobilização levou à formação de uma ampla rede de movimentos, denominada “Reage São Luís”, cuja pauta central foi o questionamento dos impactos socioambientais em decorrência da instalação daquele empreendimento.

Como desdobramento do processo de mobilização, as comunidades rurais que seriam diretamente afetadas retomaram a demanda de instalação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, que desde os anos de 1990, vem pautando a agenda política das organizações das comunidades da Zona Rural II de São Luís. Em 2003, os moradores dos povoados de Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Limoeiro e Porto Grande, por meio de um abaixo-assinado, solicitaram ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a criação da Reserva Extrativista (RESEX) na Zona Rural II de São Luís. Em seguida, o IBAMA instaurou o processo de constituição da RESEX (nº.02012.001265/2003-73,

de 22 de agosto de 2003). Em 2006, o IBAMA realizou a audiência pública para consultar a população acerca do pedido de inclusão dos povoados na RESEX. Foram realizados também dois laudos como requisito legal para a instalação da RESEX, sendo que o primeiro foi publicado em 2006 e o segundo em 2007.

De acordo com o professor Alves, a expansão da Zona Industrial e da Zona Portuária sobre as áreas definidas pela Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei Municipal nº 3.253 de 1992) como Zona Rural II, é uma pauta que continua na agenda política do Governo do Maranhão e da Prefeitura de São Luís, por se tratar de uma área estratégica aos grandes investimentos capitalistas, o que tem gerado diversos tipos de conflitos pelo controle dos territórios ocupados tradicionalmente por famílias de pescadores-agricultores.

“O avanço de atividades industriais e portuárias tem colocado em questão o modo de vida dos grupos sociais ali



Comunidade se reúne em assembleia para discutir impactos da presença de projetos industriais em seus territórios

estabelecidos, o que tem levado a processos coletivos de resistência ao lutarem e exigirem direitos territoriais. A configuração da arena política, entretanto, não se limita aos atores sociais das comunidades rurais ameaçadas, pois, através de suas organizações elas têm sensibilizado outros setores da sociedade civil organizada e diversos movimentos sociais de São Luís que o problema é de toda a cidade, a exemplo do que ocorreu em 2004, quando surgiu o Movimento Reage São Luís, inicialmente protagonizado por comunidades ameaçadas pela instalação do polo Siderúrgico”, lembra Pantoja.

O estudo procura analisar as estratégias de mobilização política construídas por comunidades rurais visando garantias de direito ao território e dos modos de vida. A seleção destas comunidades como unidades de análise se deu em função das mobilizações políticas iniciadas por suas lideranças em dois momentos diferentes e se reportam a duas situações de conflitos.

A primeira situação, ocorrida entre 2004 e 2005, foi protagonizada pelas comunidades de Taim e Rio dos Cachorros contra a instalação de um polo siderúrgico. A segunda refere-se a um processo em curso iniciado pela comunidade do Cajueiro em 2014 contra a instalação de um Terminal Portuário. O pesquisador afirma que ambos os casos, embora tratados distintamente, ocorrem dentro de um processo contínuo de conflitos produzidos pela expansão de atividades industriais e pela ampliação do Complexo Portuário de São Luís.

“Na perspectiva de compreender as formas de ação coletiva dos grupos sociais locais, procuro articular na pesquisa dois conceitos estruturais importantes,

que são mobilização política e comunidade. Este último refere-se às formas de relações primárias, como parentesco, vizinhança, reciprocidade que conferem sentido e ‘sentimento de pertencimento’ dos indivíduos e dos grupos sociais com o território. Esta noção de comunidade está articulada com a luta política, uma vez que na situação de fragilidade política e jurídica com relação à posse da terra, tal sentido de comunidade tem sido recorrentemente convertido em mobilização política”, explica o professor.

Os componentes da ação e os repertórios analisados na pesquisa apresentam como referência de luta, as histórias e trajetórias de vida pessoal e coletiva e a bagagem cultural tradicional historicamente compartilhada entre as diferentes gerações. Com as experiências acumuladas de lutas políticas, eles acionam aliados estratégicos, tais como políticos, movimentos sociais, grupos de pesquisas, assessores jurídicos e representantes de governos e do poder público. Em geral, suas reivindicações convergem para um ponto comum que é a busca pelo reconhecimento como “populações tradicionais”, que se constitui como uma categoria de ação política, considerando também que se trata de uma categoria jurídica prevista no Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), criada pela Lei nº. 9.985 de 2000.

Alves afirma que, as modalidades de uso social dos territórios reivindicadas são variadas, entre elas, uma RESEX, Território Pesqueiro e mais recente, a luta pela preservação do Terreiro do Egito, uma área considerada sagrada pelos praticantes de Mina, ou como é também designada Tambor de Mina, religião de matriz africana específica do Maranhão.

“Estas diferentes formas de reivindicação, estão diretamente associadas às estratégias políticas para a garantia do território e podem ser explicadas pela situação de fragilidade jurídica quanto à posse da terra diante das contínuas ameaças de desapropriação. Estas formas de reivindicação pela permanência de modos de vida distintos ocorrem num contexto de discussão da cidade, mas chama atenção o fato de serem comunidades rurais diretamente afetadas por impactos socioambientais decorrentes de projetos de desenvolvimento”, ressalta o pesquisador.

Segundo Alves, alguns aspectos são comuns entre as lutas de resistências dos anos de 1980, de 2004 e 2005 e a continuidade entre 2014 e 2016. Todas foram protagonizadas inicialmente por comunidades rurais da grande ilha. Respectivamente, Igarau (década de 1980), Taim e Rio dos Cachorros (2004 e 2005) e Cajueiro (2014 e 2016). Da mesma forma, as lutas se constituem comumente nos enfrentamentos aos projetos de desenvolvimento, representados por grandes corporações internacionais e nacionais.

“Estes atores e suas formas de ação coletiva em várias regiões do Brasil, resguardando-se suas singularidades regionais e históricas de suas lutas, têm buscado por meio da política outros sentidos da vida, da produção e reprodução social e mesmo de um novo sentido, por assim dizer de ‘comunidade’ e de territorialidade. Revelam a importância do ‘lugar’, saberes, práticas e memórias coletivas que ao serem acionados indicam possibilidades de rupturas aos projetos hegemônicos e de construção de novas experiências sociais”, destaca o professor.

CONFORTO TÉRMICO NAS RESIDÊNCIAS DE SÃO LUÍS É UMA QUESTÃO DE SAÚDE

Asmyne Barbosa
Fotos: Divulgação

7,4	25,9	26,7	26,7	26,9
7,1	26,1	26,9	27,5	27,7
9,9	28,5	29,8	30,3	29,9
1,4	29,8	32,4	31,8	32,2
1,9	30,2	32,0	30,4	32,2
1,2	30,0	32,1	31,3	32,2
9,8	29,3	30,9	32,1	31,1
8,6	28,6	30,1	29,9	30,2
7,5	27,0	27,7	28,1	27,7
7,4	26,3	27,5	27,0	26,6
7,5	25,8	27,0	27,0	26,6
7,3	25,4	26,7	26,6	25,9
7,3	25,7	26,9	27,6	27,7
8,5	28,1	29,8	29,1	31,1
1,0	29,8	30,0	30,4	32,2
1,2	30,0	31,5	31,2	32,2
0,4	29,6	31,5	30,7	32,2
9,7	28,8	31,0	30,7	32,2
8,8	28,5	30,0	30,0	31,1
7,6	27,0	28,2	27,8	28,2

Ronaldo Rodrigues Araújo
Possui graduação em Geografia (Licenciatura) e em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Federal do Maranhão. Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Presidente Prudente/SP. Atualmente é professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Climatologia Geográfica, atuando principalmente nos seguintes temas: urbanização, clima urbano, clima e saúde urbana.

A maior parte da população brasileira vive em áreas urbanas, contudo essa expansão vem acompanhada da precariedade das moradias. Em São Luís, as residências possuem um padrão específico de construção, pois utilizam materiais baratos, o que resulta em temperaturas elevadas no interior desses lares. Assim, a partir de análises das condições climáticas em associação aos padrões de construção das residências nos bairros da capital do Maranhão, o pesquisador Ronaldo Rodrigues Araújo, do Departamento de Geociência da UFMA, elaborou o estudo “Variabilidade Climática e Vulnerabilidade Socioambiental: uma avaliação dos fatores de risco na saúde da população urbana do município de São Luís”, que teve financiamento pelo **EDITAL FAPEMA Nº 030/2012 - BD FORA DO ESTADO**. A proposta é entender de que forma o tipo de material usado nas coberturas residenciais, como cobertura de fibrocimento e cerâmica, associados ao clima produzem situações de desconforto térmico que geram riscos à saúde, ocasionando doenças à po-



pulação.

Araújo justifica a necessidade do estudo pela carência de investigações que tenham por temática o clima das cidades. Ele esclarece ainda que “os estudos sobre o clima urbano têm cada vez mais importância na atualidade por ser uma temática que trabalha com questões que envolvem o espaço produzido pelo homem, cuja consequência da ação antrópica resulta em mudanças significativas no clima local”.

O cerne da pesquisa está na associação do desconforto térmico com o surgimento de doenças e a reação fisiológica dos moradores a essas condições. “Os estudos demonstram que os elementos climáticos, tais como temperatura, precipitação, umidade e outros, podem desencadear uma série de reações no ser humano, assim as doenças que resultam de valores extremos de temperatura e radiação ultravioleta solar demonstram que as condições climáticas têm um efeito potencializador e influenciam no humor, comportamento e bem-estar”, informa. A investigação foi conduzida durante o doutorado realizado pelo pesquisador na Universidade Estadual (UNESP), de Presidente Prudente, com a orientação do professor João Lima Sant’Anna Neto.

Um dos elementos norteadores do estudo foi a percepção, conforme relata Araújo, que as residências ludovicenses costumam utilizar principalmente na cobertura das residências a telha de fibrocimento que absorvem muita radiação ao longo do dia e tem um efei-

to direto na queda da qualidade da temperatura interna das casas. O pesquisador conclui assim que “a escolha dos materiais construtivos mais adequados para o bom desempenho térmico da construção vai interferir em seu potencial de absorver mais ou menos calor, ou refletir mais ou menos energia, evitando que as condições climáticas extremas interfiram diretamente nas condições de conforto humano no interior da construção”.

A pesquisa comparou ainda a sensação térmica das casas com cobertura de fibrocimento com as que possuem telha de cerâmica. A conclusão foi que na cobertura de cerâmica a exposição é menor, o que gera menos desconforto. Para a condução do estudo, Araújo iniciou com um levantamento de dados climáticos e de saúde nos órgãos competentes. A intenção foi estabelecer parâmetros iniciais para embasar e realizar comparações com dados obtidos em campo. Também foi monitorado o interior de nove residências em três áreas urbanas de São Luís, na Vila Cruzado, Salinas do Sacavém e na Forquilha, escolhidas por apresentarem diferentes graus de vulnerabilidade socioespacial.

Para realizar o monitoramento, o pesquisador instalou miniestações meteorológicas na parte interior e exterior das residências durante o período de três meses em 2012. As residências foram escolhidas ainda por seus padrões de construção se caracterizarem por ser um tipo dominante e representativo que predomina nas áreas de vulnerabilidade socioespacial da cidade, além do material

construtivo utilizado envolver fachadas que pouco permitem a livre circulação de ar. “A escolha das residências também contemplou a tecnologia empregada na construção e o material construtivo do fechamento, considerando-se que o conjunto das técnicas empregadas e a qualidade dos materiais das paredes e coberturas irão determinar as condições de desempenho térmico da edificação”, acrescenta o pesquisador. Com a intenção de completar a pesquisa e abarcar todas as informações necessárias, Araújo ainda realizou entrevistas com os moradores das residências, para colher suas percepções sobre os efeitos do desconforto térmico.

O resultado da pesquisa apontou que nos dias e horários verificados nenhuma das residências apresentou condições satisfatórias de conforto térmico. “Essa conclusão demonstra que do ponto de vista arquitetônico associado ao tipo de cobertura dessas áreas, não são espaços favoráveis ao bem-estar térmico dos moradores”, conclui.

Dentre todas as áreas pesquisadas, a Forquilha foi que a melhor representou o efeito da urbanização sobre as condições microclimáticas e também onde melhor se revelou a diferença de aquecimento produzida pela cobertura de fibrocimento em relação à cobertura de cerâmica. Araújo explica que “o horário das 10h às 16h continua sendo aquele em que a temperatura se torna mais intensa, respeitando o ciclo natural de maior aquecimento da superfície e no interior das residências quando as



Telhado de zinco eleva a temperatura do ambiente e influencia o bem-estar dos moradores

coberturas recebem maior incidência de radiação solar”.

Em relação às doenças decorrentes desse desconforto térmico, a pesquisa demonstrou que em todas as três áreas há a existência de doenças pertencentes ao quadro sintomático cardiovascular, como hipertensão e doenças cardíacas e pulmonares. O destaque fica por conta da hipertensão que combinada com a doença cardíaca foi o grupo mais presente nas respostas dos entrevistados na faixa dos 50-59 anos. “O aumento da temperatura acima do limiar de conforto pode trazer problemas para o coração, pois o sistema cardiovascular passa a trabalhar mais intensamen-

te já que com o calor externo o corpo pode não ser capaz de dissipar o calor produzido internamente e em associação à baixa umidade pode levar à desidratação, assim o desconforto térmico foi o potencializador para esse tipo de enfermidade”, justifica. Além disso, os moradores alegaram sentir irritação combinado com cansaço, dor de cabeça, falta de ar, tontura, dificuldade de respirar e pressão alta.

Araújo analisa uma possível solução para esse problema. Ele afirma que na construção de habitações há um grande potencial para a incorporação de estratégias bioclimáticas que

favorecem o melhor aproveitamento da luz e da ventilação natural, utilizando materiais construtivos mais adequados para adaptar a edificação ao contexto climático no qual ela se insere. Contudo, o estudioso é ciente que “evidentemente, se tratando de áreas vulneráveis com a população de menor poder aquisitivo, o acesso a esses tipos de alternativas é prejudicado pelas condições financeiras no sentido de poder construir residências com essas características, pois outras necessidades sociais se impõem ante a melhoria da qualidade ambiental da moradia”.

O pesquisador também ressalta que a pesquisa não teve a



pretensão de passar uma visão determinista da relação desconforto térmico e saúde, haja vista que os fatores que influenciam o bem-estar humano são variados. Ele analisa ainda que a estratificação social urbana em São Luís, fortemente marcada por desníveis de renda acentuados, caracteriza de forma mais intensa a ampliação da vulnerabilidade da parcela economicamente menos favorecida da população em relação ao desconforto térmico. “Uma vez que esta parcela da sociedade é induzida a se estabelecer nos espaços da cidade mais desprotegidos e utilizando materiais construtivos em suas residências que não favorecem nenhuma forma de proteção do clima, principalmente com temperaturas elevadas, ocorre um agravamento e uma queda nos índices de qualidade de vida”, constata.

07:00	26,9	26,4	27,1	26,1	26,9	27,5	27,0	26,4	26,9	27,0
10:00	21,0	20,5	20,0	20,1	20,8	20,3	20,5	20,8	20,1	20,5
12:00	20,0	19,5	21,4	20,8	20,5	21,8	22,0	20,4	21,3	20,4
13:00	31,4	30,9	31,0	30,2	32,0	30,4	30,1	31,0	31,9	30,0
14:00	30,7	30,2	31,2	30,0	30,0	31,1	31,1	30,2	31,5	30,9
15:00	29,8	29,3	29,8	29,3	30,9	30,1	31,3	30,0	31,0	30,8
16:00	28,8	27,2	28,0	28,0	30,1	29,9	29,4	30,1	29,7	30,9
19:00	27,0	27,6	27,5	27,0	27,7	28,1	27,8	27,4	28,2	28,9
22:00	26,4	26,0	27,4	26,3	27,5	27,0	26,8	26,9	28,0	28,4
01:00	25,9	26,1	27,5	25,8	27,0	27,0	26,2	26,4	27,8	28,0
04:00	25,7	25,4	27,3	25,4	26,7	26,8	25,9	26,1	27,1	27,4
07:00	27,2	25,9	27,3	25,7	26,9	27,8	27,2	26,1	27,0	27,3
10:00	29,0	30,3	28,5	28,1	28,8	29,1	31,1	29,0	30,1	30,1
12:00	31,0	30,9	31,0	29,8	30,0	30,4	30,1	30,0	30,8	30,8
13:00	30,2	30,1	31,2	30,0	31,5	31,2	31,4	31,5	31,9	30,7
14:00	29,8	30,0	30,4	29,8	31,3	30,7	31,1	31,3	31,8	30,0
15:00	29,0	31,1	29,7	28,8	31,0	30,7	30,8	31,0	30,8	30,7
16:00	28,6	29,3	28,8	28,5	30,0	30,0	31,2	30,0	31,2	30,8
19:00	26,8	27,2	27,6	27,0	28,2	27,8	28,2	27,2	28,6	29,4
22:00	26,4	26,3	27,3	26,2	27,2	27,4	27,5	27,0	27,8	28,3
01:00	27,2	25,5	27,4	25,5	27,2	27,3	26,7	26,7	27,4	27,5
04:00	27,6	25,3	27,2	25,4	26,7	27,1	26,3	26,3	27,0	27,0
07:00	29,5	26,2	27,0	25,8	26,8	27,4	26,8	29,4	26,9	27,4
10:00	30,4	30,9	30,1	28,4	30,2	30,3	30,3	30,2	30,3	31,1
12:00	30,6	30,7	31,8	29,7	30,4	30,4	31,4	30,4	31,8	30,5
13:00	30,2	30,9	31,0	29,3	31,4	31,0	31,2	31,1	31,3	30,3
14:00	30,0	30,7	30,4	28,8	31,1	30,8	31,7	30,9	30,8	30,4
15:00	28,6	30,0	29,4	28,7	30,7	30,3	31,3	30,7	30,2	30,7
16:00	28,5	31,4	28,4	28,3	31,2	31,6	30,8	31,2	31,1	30,8
19:00	26,9	27,2	27,4	26,7	27,6	27,8	27,8	26,9	29,0	28,7
22:00	26,4	26,6	27,4	26,1	27,5	27,1	27,1	26,1	28,0	28,9
01:00	26,0	25,9	25,3	25,6	27,0	27,3	26,4	26,3	27,3	27,8
04:00	28,7	26,0	27,3	25,8	26,7	27,1	26,0	28,4	26,8	27,1

50% da população possui um crescente desconforto 24 ≤ TE < 27
 A maioria possui um relativo desconforto com um significativo deterioramento da condição psicofísica 27 ≤ TE < 29
 Todos possuem um forte desconforto 29 ≤ TE < 32
 Estado de emergência médica, um desconforto muito forte. TE ≥ 32

Bem estar	TE < 21
Menos de 50% da população possui um ligeiro desconforto	21 ≤ TE < 24
Outros 50% da população possui um crescente desconforto	24 ≤ TE < 27
A maioria da população possui um relativo desconforto e há um significativo deterioramento da condição psicofísica	27 ≤ TE < 29
Todos possuem um forte desconforto	29 ≤ TE < 32
Estado de emergência médica, um desconforto muito forte	TE ≥ 32



Medição da temperatura em ambientes atingidos pelo estudo



DESAFIOS DE POLÍTICA URBANA DA REGIÃO METROPOLITANA

Leandro Alves

Fotos: Divulgação

Tiago Silva Moreira

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão. Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão. Atualmente é professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão. Atualmente é professor de geografia do Instituto Federal do Maranhão. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Urbana, Regional, Ambiental e Ensino da Geografia.

Fundada pelos franceses no século XVII, a grande São Luís, é uma cidade metropolitana histórica com a imponência arquitetônica, traços do colonialismo português e com características de terras maranhenses e atualidades, uma mistura do antigo com moderno. Sua formação urbana aconteceu de forma rápida e desordenada o que provocou várias convulsões sociais, problemas econômicos e estruturais.

Para compreender como se deu a urbanização e metropolização da capital maranhense, o professor Tiago Silva Moreira, desenvolveu a pesquisa de Mestrado “*Gestão Metropolitana: a Região Metropolitana da Grande São Luís e os desafios de política urbana*”, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), sob a orientação da professora Zulene Muniz Barbosa e financiado pelo EDITAL N. 019/2011 – BOLSISTA MESTRADO NO ESTADO. O estudo tinha como objetivo avaliar a gestão metropolitana da capital e foi criado a partir da observação das transformações urbanas e do crescimento espacial de São Luís.

De acordo com Moreira, o crescimento desordenado da cidade configura a crise urbana



que se materializa com a falta de abastecimento de água, coleta de lixo, esgoto, viação, calçamento, iluminação e segurança para essa população que se concentra na periferia da cidade. Segundo ele, o crescimento da cidade se manifesta em duas formas de espaço: um convidativo à reprodução do capital e com ocupação predominantemente daquele que o possui, onde os serviços urbanos estão reunidos; e outros espaços para aqueles que possuem apenas sua mão-de-obra a oferecer, portanto, se concentrando em terrenos devolutos ou em áreas privadas de interesse especulativo, o que gera muitos conflitos urbanos e rurais nas áreas dos municípios.

A Região Metropolitana de São Luís foi institucionalizada ainda na década de 1990, pela Lei Complementar Estadual nº 038/98, englobando todos os municípios da Ilha do Maranhão (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), acrescentando posteriormente o município de Alcântara (Lei Complementar nº 63/03). A constituição da Região Metropolitana foi alterada recentemente pela Lei Complementar nº 153/13 incluindo três novos municípios: Bacabeira, Rosário e Santa Rita.

Na maioria das vezes, a criação de regiões metropolitanas, não obedece a critérios claros, objetivos e consistentes, tanto na sua institucionalização, quanto na definição dos municípios que as compõem. Entretanto, a metropolização da Grande São Luís é carregada de entaves jurídicos e políticos, pois, apesar da homologação da lei de criação, os municípios envolvidos ainda não chegaram a um acordo de interesse comum que possibilite a gestão participativa.

“Essa foi uma experiência muito boa e técnica para alcançar de fato uma nova etapa da Região Metropolitana da Grande São Luís que é sua gestão efetiva pela criação de uma Agência Metropolitana para aproximar os gestores municipais e equacionar suas demandas e posteriormente a criação de um Plano de Desenvolvimento Integrado que ultrapassasse uma política de mandato eleitoral para uma política contínua, que transpassasse um mandato municipal com revisão a cada 10 anos, pois as gestões municipais passam, mas as cidades seguem”, comenta Moreira.

A pesquisa utilizou um método dialético, por não ser considerado fora do contexto social,

político, econômico e, devido às relações urbanas serem dinâmicas, se materializarem ao longo do processo histórico e se transformarem no espaço geográfico. Alguns procedimentos foram usados, como o levantamento e análise do material bibliográfico, legislação específica e correlata, textos relacionados ao tema para oferecer suporte ao embasamento teórico, trabalhos de campo, registro fotográfico em áreas mais coerentes para validação da análise socioespacial, além da verificação dos diferentes usos e ocupações das áreas conturbadas da Ilha do Maranhão. Foram aplicados questionários com agentes sociais, entrevistas com gestores, análises de gabinete para a tabulação dos dados e checagem das informações levantadas. De acordo com professor Moreira, o próximo passo da pesquisa é realizar um acompanhamento da nova configuração da Região Metropolitana da Grande São Luís que incorporou mais municípios, além dos que estavam no ano de 2013 e como as políticas urbanas irão se desenvolver depois da Lei Complementar 174/2015.

Os resultados obtidos na pesquisa mostraram que no período de 1998 a 2013, a dinâmica de crescimento urbano da Região



O crescimento e a transformação do espaço urbano de São Luís deu forma a novos municípios



O desenvolvimento urbano deve estar aliado à garantia de serviços públicos para a população

Metropolitana da Grande São Luís, em termos espaciais e populacionais cresceu rapidamente, mas, não acompanhada de políticas de reestruturação urbana e de viabilização de problemas de interesse comum como, por exemplo, saúde, transporte, saneamento e lazer que se concentram principalmente na cidade polo que é São Luís. Desta forma, gera uma demanda elevada de serviços públicos que não é atendida adequadamente pela estrutura urbana disponível. Segundo o pesquisador Moreira, as políticas urbanas enfrentam um problema estrutural, visto que a demanda social cresce acima das ofertas de estrutura pública oferecida pelo Estado, gerando uma insustentabilidade urbana, o que agrava a situação da pobreza urbana.

“Isso revela a necessidade de esforços conjuntos dos gestores municipais que visualizam de perto as necessidades das cidades e do diálogo com a máquina estadual que é o ente federativo responsável pela criação das Regiões

Metropolitanas e, pela sua força orçamentária pode influir diretamente nas relações de apoio aos municípios. Atualmente a Região Metropolitana da Grande São Luís necessita de atenção principalmente nas áreas da saúde, pois centraliza o atendimento médico-hospitalar de vários municípios; e no setor de transporte, por não possuir vias largas e transporte público de qualidade e seguro para seus usuários”, diz.

A pesquisa destaca que, na capital maranhense, as melhorias urbanas são concentradas em investimentos no setor de pavimentação, instalação de centros de consumo ou instalação de serviços mais qualificados que atendem uma infraestrutura incipiente, mas já existente. O município polo das Regiões Metropolitanas também investe na construção de um novo Anel Viário para tentar solucionar um dos seus problemas estruturais que é a lentidão no trânsito da cidade, mas ignora que, uma possível solução sustentável e econômica seria fazer uma

reestruturação nos transportes coletivos e organização de vias principais para corredores de ônibus. Em outros municípios das Regiões Metropolitanas, tem-se uma expansão residencial em áreas equidistantes dos centros urbanos, que influenciam na mesma medida a formação de bairros de ocupação desordenada. Essas cidades funcionam como cidades-dormitórios, por apresentarem uma dependência ainda significativa em relação a São Luís, já que esta concentra uma grande parte dos serviços públicos e empregos ofertados.

O estudo foi utilizado para dar suporte à atual legislação metropolitana da Grande São Luís. Outros benefícios seriam a visualização da problemática de um ponto de vista técnico que ajude a instrumentalizar a gestão da Região Metropolitana da Grande São Luís e a pensar os espaços das cidades de forma humanizada e crítica, voltada para a solução de problemas de interesse comum.

CONHEÇA NOSSO EDITAL

O **Edital Universal** oferece recursos alocados pelo Governo do Estado do Maranhão, no valor de cinco milhões de reais, para financiar projetos de pesquisa científica e tecnológica, nas diversas áreas do conhecimento, e podem ser desenvolvidos em instituições de pesquisa e/ou de ensino superior, públicas ou privadas, sem fins lucrativos, sediadas no Estado do Maranhão.



UNIVERSAL

FAPEMA

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS



GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE

*Asmyne Barbosa
Fotos: Divulgação*

*Walkiria de Jesus França Martins
Doutoranda no Programa Doutoral em Educação
da Universidade de Aveiro (Portugal). Mestra em
Educação pela UFMA. Licenciada em Pedagogia
pela UEMA. Professora do Departamento de
Educação I da UFMA. Integra o Grupo de Estudos
e Pesquisas sobre Educação, Mulheres e Relações
de Gênero – GEMGe. Atua em pesquisas sobre
as temáticas: didática, currículo, práticas
pedagógicas, gênero e sexualidade.*

Gênero e sexualidade são temas que circundam o chamado currículo oculto das escolas, são temáticas que estão presentes no ambiente escolar de forma velada ou dogmatizada. Podem ser exemplificados nos casos de aborto praticados no banheiro da escola, na gravidez precoce, nos apelidos conotativos da orientação sexual, nos rabiscos feitos na parede do banheiro, na divisão das cores e brincadeiras conforme o gênero, no modo como os docentes limitam a discussão a um problema de ordem familiar entre outros.

A dissertação de Mestrado em Educação da professora do curso de Pedagogia da UFMA, Walkiria de Jesus França Martins, intitulada “Gênero e Sexualidade na Formação Docente: uma análise no curso de pedagogia da UFMA – São Luís”, apresentou resultados de uma investigação sobre como se apresentam as categorias gêneros no processo formativo do profissional de pedagogia. Ela esclarece que “partiu da análise dos documentos que abordam a inserção das categorias de estudo no contexto educacional e aqueles que norteiam a formação inicial dos docentes, a título de identificar os subsídios teóricos e metodológicos. Interessou saber como esses profissionais estão sendo formados, via currículo do curso de Pedagogia da UFMA (aprovado em 2007), visto que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) sobre os temas transversais, no tópico sobre “Orientação Sexual”, preconiza a abordagem sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar”.



A inquietação para a pesquisa surge das situações vivenciadas pela professora ainda quando estudante. Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFMA e no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe) houve uma ampliação da perspectiva teórica sobre o assunto. Martins relata que nesse momento percebeu-se que havia uma lacuna investigativa sobre o tema e um silêncio quando se trata de gênero e sexualidade. “Isto acontece devido à ausência da dimensão formativa que os temas envolvem. Daí o nosso interesse em analisar o percurso formativo do profissional de pedagogia, visto ser este um dos principais sujeitos no processo de mediação desses saberes no espaço escolar”, acrescenta. A investigação parte da análise de documentos oficiais,

tais como leis, diretrizes, relatórios e produções acadêmicas para analisar os discursos.

O estudo foi desenvolvido entre os anos de 2010 e 2012. E em 2013 a investigação foi laureada com o Prêmio Fapema. “Estamos, agora, numa fase em que a discussão volta a lume quando da aprovação do Plano Nacional de Educação de 2014, momento no qual os termos e atividades voltadas a gênero e sexualidade foram subtraídos da pauta, devido às manifestações com base no dogmatismo do medo e no ‘achismo’ sobre o que é pedagógico no espaço escolar”, explica.

A dissertação foi transformada no livro “Gênero e Sexualidade na Formação Docente”, editado com apoio da Fapema - por meio do [EDITAL FAPEMA Nº 21/2015 APUB LIVROS](#) - e da editora EDUFMA. A publicação colabora com a divulgação e promoção do diálogo sobre as categorias no âmbito curricular e formativo em outros espaços. Para Martins, é urgente a discussão sobre gênero e sexualidade no contexto pedagógico. “É importante e necessário que locais de formação inicial ocupem lugares no processo formativo, alicerçados nos fundamentos teóricos e metodológicos que são caros aos temas e, consequentemente, às práticas docentes nos espaços escolares”, diz.

Os resultados sinalizam que as disciplinas que mencionam conteúdos sobre gênero e sexualidade ainda assumem um status longínquo em relação às disciplinas consideradas padrão do currículo. “No Projeto Pedagógico do Curso identificamos 83 nomes de disciplinas e somente em três observamos menção aos temas, o silêncio das temáticas

no currículo revelara que algo precisa ser revisto no processo de formação do profissional de pedagogia”, alerta.

Martins observa a importância de se observar que gênero e sexualidade são temas que precisam estar articulados à necessidade de cada espaço de sala de aula. O estudo ainda identificou que o caráter de neutralidade assumido na formação implica ações subjetivas e casuísticas no espaço escolar, desprovidas do pensar sobre a condição humana no que concerne a sua sexualidade e a sua condição social, política e econômica por ser mulher ou por ser homem. Martins aponta alguns questionamentos sobre o papel do docente como educador.

“O ganho com a realização de estudos dessa natureza está no fomento à reflexão no coletivo sobre o currículo como espaço de saber, no sentido de se pensar as questões: como a formação do profissional poderá oferecer sua contribuição nos temas que envolvem gênero e sexualidade? Qual o lugar do docente no processo formativo nas escolas de Educação Básica quando da abordagem destes temas? Como integrar estes temas à prática docente? De modo que possamos reviver o sonho freireano de educação emancipatória, no sentido de revisitar, reavaliar a vontade de verdade e a soberania do discurso posto para que os docentes se constituam como sujeitos possibilitadores da emancipação de outros e possa conduzir as temáticas balizadas pelas áreas do conhecimento científico”, almeja.



POLÍTICA DE ACOLHIMENTO FAMILIAR GARANTE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Leidyane Ramos
Fotos: Divulgação

Karen Beatriz Taveira Barros

Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Pós-graduada em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Católica Dom Bosco. Graduada em Direito pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco. Tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nas seguintes áreas: Direito do Consumidor, Direitos Humanos, Direito das Famílias, Direito da Criança e do Adolescente e Políticas Públicas e elaboração de projeto.

O interesse por conhecer como funciona a política de acolhimento familiar em São Luís, levou a professora da Pós-Graduação em Direito do Consumidor na Universidade Ceuma, Karen Beatriz Taveira Barros, a desenvolver um estudo por meio de princípios definidos a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com objetivo de analisar o Programa Família Acolhedora, o serviço de acolhimento gerido pela Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS). O programa tem como meta proporcionar proteção social através do acolhimento temporário às crianças e adolescentes vítimas de violações de direitos. A pesquisa foi transformada na dissertação de Mestrado “O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: um estudo sobre o Programa Família Acolhedora na cidade de São Luís nos anos de 2012 e 2013”, orientada pela professora Salviana de Maria Pastor Santos Sousa no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA e foi financiada pelo **EDITAL Nº 483/2012 DE BOLSA DE MESTRADO (BM) DA FAPEMA**.



O trabalho foi dividido nas etapas de análises teórica e prática com a finalidade de avaliar os efeitos didáticos mais adequados do ponto de vista dos eixos teóricos e metodológicos definidos por Barros. “A primeira diz respeito ao estudo das categorias infância, adolescência e família, buscando assentar tanto o processo histórico de reconhecimento da infância e da adolescência, quanto à construção dos direitos de crianças e adolescentes que, no Brasil, culminou com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente”, informa.

Para fundamentar a pesquisa sobre política de busca de superação da institucionalização, Karen Barros notificou que até 2012, o Brasil possuía 37.240 crianças e adolescentes vivendo em entidades de acolhimento institucional, segundo o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para um total de 2.008 entidades de acolhimento institucional em todo o país.

Conforme os dados separados na etapa de análise teórica, a família e suas interpretações são temas detalhados na pesquisa, assim como o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), que servem como base para a análise dos dados colhidos e desenvolvidos com a prática.

Barros explica ainda como aconteceu o processo de construção do trabalho sobre o Programa Família Acolhedora e o posicionamento frente ao desenvolvimento da análise. “Teve início com a realização do apoio da pesquisa documental e análise das normas e legislações existentes acerca da criança e do adolescente, em particular, referente à institucionalização ou não e ao direito à convivência familiar e comunitária brasileira e maranhense”, relatou.

Outro dado informado pela pesquisadora refere-se a como são marcadas as divisões de história e do desenvolvimen-

to da criança e do adolescente frente à sociedade, visto que, onde tem proteção, também existe punição severa, desta forma, tem-se a violação dos direitos. “A proteção se concretiza mais no âmbito da família, mas a família estruturada, aquela que consegue prover todo o auxílio aos seus membros. Já a punição tem efeito para aquelas crianças e adolescentes que não se encaixam no aspecto anterior, onde este quesito está muito ligado ao sentido de pobreza. No entanto, ainda hoje é possível perceber que, na vida cotidiana, essa divisão ainda persiste”, diz.

Contudo, na análise por meio de experiências vividas pela pesquisadora e concretizada mediante entrevistas realizadas com os gestores do Programa Família Acolhedora foi possível fazer a conferência entre o que é recomendado nas normativas da política municipal em tela, através do PNCFC, no ECA e nas Orientações Técnicas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que condu-



zem todas as entidades de atendimento institucional e familiar, e o que é de fato ofertado e concretizado pelo sistema de atendimento e garantia de direitos do acolhido.

Benefício

Segundo a professora Barros, o benefício maior da realização da pesquisa foi a oportunidade de fazer uma ampla divulgação da política, uma vez que era totalmente esquecida e, com seu projeto, foi dada visibilidade ao Programa Família Acolhedora desenvolvido na cidade. “Hoje, ele já é visto como uma das bandeiras de acolhimento. A Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS) de São Luís vem divulgando amplamente, já tendo inclusive, uma equipe técnica suficiente para atender as famílias cadas-

tradas, e tem conseguido aumentar o número de famílias inscritas no Programa”, pontuou.

Resultados

O resultado obtido ao fim da pesquisa foi a comprovação de que o Programa Família Acolhedora já fazia o papel de inclusão da criança e do adolescente em estado de vulnerabilidade no ambiente familiar, mas ele precisava ser realinhado para ter uma eficácia maior e estender o número de pessoas atendidas, como por exemplo, ser divulgado de forma estratégica e ampla para a população, ter uma equipe técnica suficiente e capacitada para acompanhar o período de acolhimento, bem como possuir recursos para subsidiar os benefícios recebidos pelas famílias.

“Por conta da existência

de alguns desalinhamentos do que é previsto na política e o que é oferecido no programa, ou seja, esse Programa não se adequa ao que é preconizado nas normativas e isto está evidenciado, por exemplo, na frágil infraestrutura disponibilizada e também para as necessidades básicas de atendimento dos acolhidos”, destacou a pesquisadora.

Além disso, Barros atenta também para a necessidade de se evitar a retirada de crianças e adolescentes do convívio de suas famílias de origem. E, para isso, é de extrema importância a criação de serviços de atenção à família, principalmente, àquelas que enfrentam problemas que justificam o afastamento dos seus filhos. “Dessa maneira, é necessário que não sejam trabalhadas a partir da sua culpabilização e que seja garantido seu acesso aos serviços sociais”, finalizou.



O Programa Família Acolhedora busca a conciliação entre pais, crianças e adolescentes



O que é o Programa Família Acolhedora?

É o serviço de acolhimento gerido pela Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS) que tem como objetivo proporcionar proteção social através do acolhimento temporário às crianças e adolescentes vítimas de violações de direitos, tais como: abuso e exploração sexual, agressões físicas e psicológicas e negligências familiares, com a finalidade de garantir cuidados, alimentação, vestuário e acompanhamento psicossocial até que seja possível localizar a família de origem, extensa ou substituta, restabelecer os vínculos familiares ou até quando estiverem asseguradas a autonomia e a proteção. Todavia, o período máximo de permanência na Família Acolhedora é de 02 (dois) anos.

Como saber se posso ser uma Família Acolhedora?

- Ter idade a partir de 21 anos;
- Residir em São Luís;
- Estar bem de saúde;
- Não ter pendências judiciais;
- Não fazer uso de álcool e outras drogas;
- Não ter interesse em adotar a criança/adolescente que será acolhido em sua família;
- Ter concordância entre todos os membros da família quanto ao possível acolhimento;
- Ter tempo e interesse para dar atenção e carinho à criança e/ou adolescente acolhido na família.

E depois que a criança e/ou adolescente estiver acolhido?

Durante o acolhimento, a Família Acolhedora e o acolhido devem ser acompanhados pela equipe técnica do Serviço, uma psicóloga e uma assistente social.

Como manter as crianças e/ou adolescentes na Família Acolhedora?

O Serviço oferecerá auxílio financeiro de um salário mínimo para contribuir com a Família Acolhedora em despesas como alimentação, higiene pessoal, lazer, material de consumo e vestuário durante o período que a criança/adolescente estiver acolhido.

Como as crianças e/ou adolescentes chegam ao serviço?

Por determinação Judicial, através de solicitações do Ministério Público e dos Conselhos Tutelares.

Como Participar?

- Procure a equipe do Serviço Família Acolhedora na Sede da SEMCAS: Av. Senador Vitorino Freire, Nº 29, Ed. Cesário Anel Viário;
- Telefone: 98865-0272 / 3235-7260
- E-mail: familiaacolhedora2013@gmail.com
- Procure também o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) mais perto da sua residência;
- Acesse o site da Prefeitura de São Luís: www.saoluis.ma.gov.br



NOVAS LIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ILHA DE SÃO LUÍS

Israel De Napoli

Fotos: Fellipe Neiva e Handson Chagas

Antonio Henrique França Costa

Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Especialista em Sociologia das Interpretações do Maranhão: Povos e Comunidades Tradicionais, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Étnicas pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); em Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Santa Fé; e mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia pela UEMA. Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas Visão de Futuro e coordenador do Campo Educação para Relações Étnico Raciais do Núcleo de Extensão e Pesquisa com Populações e Comunidades Rurais, Negras Quilombolas e Indígenas (NuRuNI) da UFMA. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: Dança Afro e Popular Maranhense, Educação para Relações Étnico-Raciais e Implementação da Lei nº 10.639/03.

Se há 14 anos o ensino da história e da cultura afro-brasileira ocupa um espaço a ser respeitado no currículo das escolas, isso se deve à luta do movimento negro que vem defendendo a inclusão de temas caros ao reconhecimento da população negra como um dos pilares fundamentais para a formação do Brasil. Impulsionado pela Lei 10.639 que, a partir de 2003, não só tornou obrigatória a presença desse conteúdo em todas as instituições de ensino, como fixou a permanência da comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar, tal iniciativa, embora represente conquistas e avanços, ainda esbarra em obstáculos após dez anos.

O pedagogo Antonio Henrique França Costa, mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), é autor da dissertação de mestrado “A contribuição do Centro de Cultura Negra do Maranhão na discussão da educação para relações étnico-raciais em São Luís – MA”, com orientação da professora Lilian Cristina Bernar-



do Gomes e financiamento do [EDITAL FAPEMA Nº 30/2014 BM NO ESTADO](#). O estudo tem o objetivo de analisar o papel do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) no processo de potencialização da participação dos alunos em sala de aula em relação à discussão sobre história e cultura afro-brasileira e africana, identificando neste processo os conteúdos curriculares e práticas pedagógicas utilizadas pelos profissionais da Unidade Integrada Dunches de Abranches, escola que está situada em São José de Ribamar.

“O interesse em desenvolver a pesquisa sobre o Centro de Cultura Negra (CCN) e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, baseado no estudo de caso na escola Dunches de Abranches, se deu no conjunto das minhas preocupações enquanto educador, pedagogo, psicopedagogo,

pesquisador e militante dos movimentos sociais negros. Essa pesquisa é fruto da minha trajetória de vida, e de três importantes experiências: a familiar, a escolar e de militante do movimento social negro”, afirma Costa.

A metodologia trabalhada no estudo teve como base a realização da pesquisa bibliográfica e documental; entrevistas, pesquisas e sondagem sobre as interpretações referentes aos materiais produzidos pelo CCN, junto aos profissionais de educação e alunos, além de a observação participante, rodas de conversas direcionadas e atividades educativas e pedagógicas, junto aos alunos do 4º ano do Ensino Fundamental da escola, utilizando a cartilha e revistas produzidas pelo CCN.

Segundo o pesquisador, a gestora e a coordenadora Pedagógica da Unidade Integra-

da Dunches de Abranches consideraram que os resultados do estudo deverão ser incluídos no processo de discussão/reformulação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, da rede de educação do município de São José de Ribamar e da necessidade de implementação da Lei nº 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER). “Esta pesquisa contribuiu no processo de sensibilização dos professores do turno vespertino da Unidade Integrada Dunches Abranches sobre a necessidade da implementação da Lei nº 10.639/03 e da inclusão em seus planos de aula do referido tema, tal qual recomenda as DCNERER”, diz Costa.

Costa faz uma boa avaliação dos resultados do trabalho. “O estudo colaborou no processo de sensibilização e envolvimento dos alunos da Uni-



Sala de aula da escola Unidade Integrada Dunches Abranches

dade Integrada Dunches Abranches, no processo de discussão das relações étnico-raciais, através da realização de atividades educativas e pedagógicas, o que cooperou de forma direta no processo de observação, interação e registro das interpretações e recomendações dos alunos sobre a temática trabalhada, e sobre as publicações utilizadas nesta pesquisa”, informa.

O pesquisador conta que o principal benefício a ser alcançado com o estudo é a possibilidade de exercitar a reflexão teórica, as quais vão respaldar as escolhas metodológicas, visto que pensar propostas para implementação da Lei nº 10.639/03 obriga a focalizar e reagir a estruturas escolares que constantemente tentam nos enquadrar em modelos rígidos demais.

“Atentarmos para a interdisciplinaridade nesta proposta é estarmos abertos ao diálogo, à escuta, à integração de saberes e à ruptura de barreiras. A educação brasileira poderá lançar mão de alguns princípios fundantes, concepções filosóficas de matriz africana, recriadas nas terras brasileiras, incorporando-os como constituintes do processo educativo, permanecendo todo o currículo da prática escolar. Desta forma, construir e constituir uma pedagogia que possa realmente contemplar os valores civilizatórios brasileiros”, ressalta Costa.

“Atentarmos para a interdisciplinaridade nesta proposta é estarmos abertos ao diálogo, à escuta, à integração de saberes e à ruptura de barreiras. A educação brasileira poderá lançar mão de alguns princípios fundantes, concepções filosóficas de matriz africana, recriadas nas terras brasileiras, incorporando-os como constituintes do processo educativo, permanecendo todo o currículo da prática escolar. Desta forma, construir e constituir uma pedagogia que possa realmente contemplar os valores civilizatórios brasileiros”, ressalta Costa.



A Lei nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB - 9.394 / 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências, como incluir o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”; prevê expressamente no caput do artigo 26-A que, “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”. O parágrafo primeiro afirma que: “O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil”. No segundo parágrafo consta que: “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”.

GERAÇÃO CIÊNCIA



O Governo do Estado do Maranhão e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), apresentam o Edital nº 006/2017 **GERAÇÃO CIÊNCIA**.

Inscreva-se no site www.fapema.br/patronage



GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

SECRETARIA
EXTRAORDINÁRIA DA
JUVENTUDE

FAPEMA



FERRAMENTAS PROMOVEM TURISMO ECOSSUSTENTÁVEL NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

Leidyane Ramos

Fotos e ilustrações: : arquivo pessoal

Bruno Charles Oliveira Sousa

Arquiteto e urbanista formado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Mestre em Design e Sustentabilidade pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É fundador do escritório Vanguardian Arquitetos, onde realiza projetos de arquitetura, urbanismo, light design, paisagismo, decoração e direção de arte. É pesquisador de tecnologias e inovações sobre qualidade de vida e melhorias sociais. Foi premiado no V Salão de Artes Visuais de São Luís.

Q

Quando discutimos sobre design sustentável é fundamental analisar a evolução das abordagens utilizadas na criação de produtos e serviços, com a finalidade de reduzir impactos ambientais, que possam surgir durante o desenvolvimento da cadeia produtiva até se chegar ao resultado final. A responsabilidade do designer é crescente diante da temática ambiental e profissionais engajados a projetos e soluções sustentáveis com a intenção de reduzir consumo exagerado, uso irresponsável de recursos e produção de lixo, são cada vez mais valorizados.

Alguns conceitos foram propagados no início do século XX com uma abordagem que considera a preocupação do designer com etapas do ciclo de vida do produto, desde a extração de matéria-prima até o descarte de forma sustentável, como por exemplo, o ecodesign: uma estratégia de início de processo, onde empresas adotam a seleção de recursos, buscando minimizar os impactos adquiridos ao optarem por ma-



téria-prima renovável. Em São Luís, conhecida como a cidade dos azulejos e patrimônio mundial da humanidade, portanto, um destino turístico, também existe a necessidade de desenvolver Sistema Produto-Serviço (PSS), considerando o produto como um sistema, que integra várias partes da cidade, cada qual com seu impacto no meio-ambiente.

Na busca por identificar estratégias que promovam o turismo ecoeficiente na região reconhecida pelas suas riquezas socioculturais, o pesquisador Bruno Charles Oliveira Sousa, foi a fundo na pesquisa de mestrado “Design de Sistemas para a sustentabilidade: estratégias para o turismo ecoeficiente no centro histórico de São Luís”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Design da UFMA, sob orientação da professora Patricia Silva Azevedo de Mendoza. A pesquisa foi financiada pelo **EDITAL BM QUOTA UFMA 2014 DA FAPEMA**.

O objetivo principal destacado por Sousa, é a busca por estratégias para descobrir novas atitudes sustentáveis, novas parcerias e novos empreendimentos que possam e desejam entrar em funcionamento como foco para intervenções e projetos de desenvolvimento das cadeias produtivas relacionadas ao turismo, de forma direta e indireta. “A partir do desenvolvimento de projetos de novos negócios ou rearranjo dos existentes, em parceria com outros empreendimentos locais, a fim de coexistirem e fornecerem produtos e serviços turísticos de forma ecoeficiente, com boa qualidade de serviços, incluindo toda a comunidade nos negócios e tendo lucros para todos os envolvidos, gerando uma satisfação plena para os turistas e para os que trabalham com o turismo no centro histórico de São Luís”, informa.

Para o pesquisador, as unidades de satisfação “Hospedar, Alimentar e Entreter” são os produtos buscados pelos turistas, e os novos serviços de-

vem oferecer estes produtos de forma completa e eficiente. “Um grande exemplo deste tipo de serviço é o UBER, que tem como satisfação ‘transportar’ pessoas de forma eficiente, segura, barata e que produz renda à comunidade com benefícios para os motoristas e usuários. Esta é a ideia de economia compartilhada do Design de Sistemas para a Sustentabilidade, onde novos sistemas de produção e consumo são desenhados para satisfazer uma determinada necessidade da população”.

De acordo com Sousa, a pesquisa surgiu após observar a necessidade de desenvolver propostas inovadoras na redução do permanente esvaziamento, desvalorização e, por conseguinte a destruição do patrimônio (material e imaterial), histórico de São Luís, precisando de apoio pela sua conservação, valorização e desenvolver atores sociais, para modificar obras e editais assistidos de forma sustentável e de eficaz ao longo do tempo. “O tema, atual e necessário, se mostra inédito,



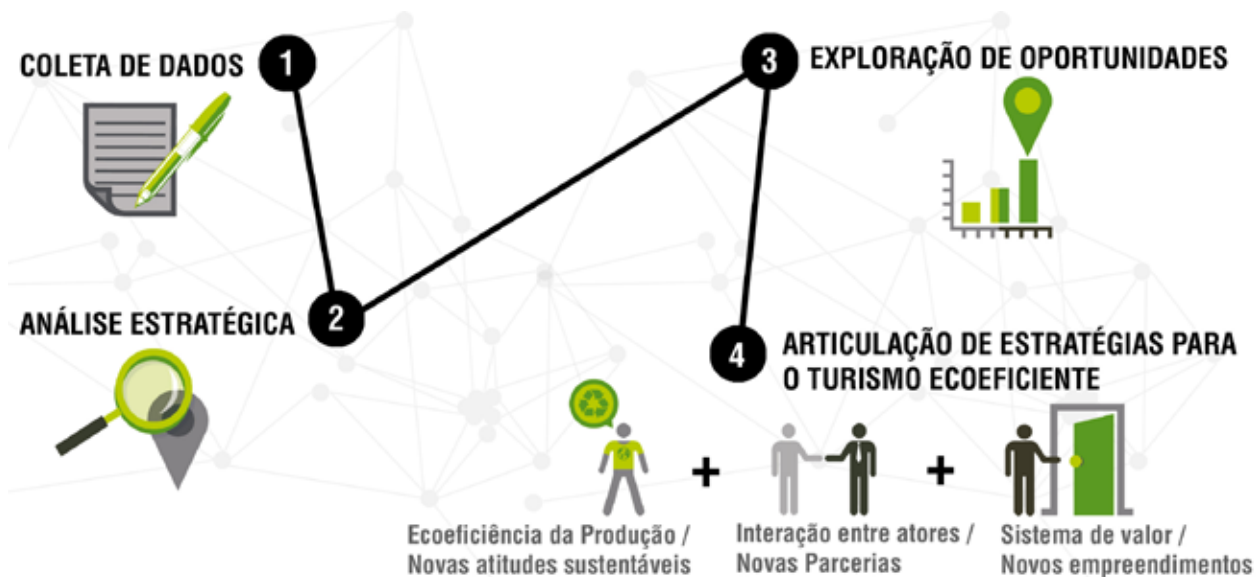
Bruno Sousa com o professor Carlo Vezzoli no Instituto Politécnico de Milão

dentro da situação de alavancar os interesses políticos, culturais, econômicos e ambientais da região histórica e turística do Brasil e do Maranhão por meio de ferramentas do Design de Sistemas para a Sustentabilidade, ou seja, tratar o turismo como uma indústria que gera produtos e serviços com valor comercial e que precisa ser explorado para um desenvolvimento social e do próprio

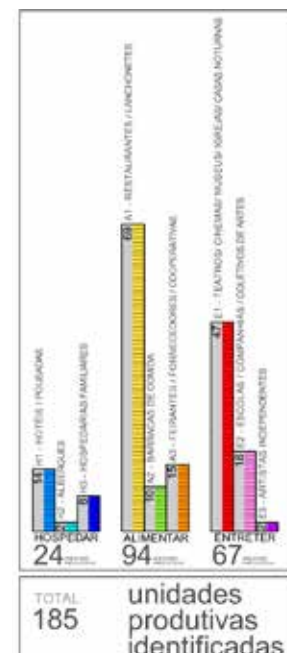
turismo”, frisa.

Para o desenvolvimento do projeto, o pesquisador utilizou o MSDS – Método de Designer de Sistemas para a Sustentabilidade (*Method for System Design for Sustainability*), criado pelo professor Carlo Vezzoli do Instituto Politécnico de Milão (Itália), que dá suporte e orienta o processo de desenvolvimento de inovações de sistema para a sustentabilidade.

Bruno Sousa visitou o Instituto, onde pôde tirar dúvidas sobre a pesquisa com o professor Vezzoli, fundador e coordenador da Rede LeNS (*Learning Network on Sustainable*), uma rede compartilhada com todas as pesquisas, ferramentas e metodologias acerca do Design de Sistemas para a Sustentabilidade em todo o mundo.



Antes da coleta de dados em campo, Sousa realizou um levantamento dos atores socioeconômicos da área em órgãos públicos municipais e estaduais, entretanto informou que não obteve dados satisfatórios expressivos para a pesquisa. Destacou que o primeiro resultado considerável com a pesquisa de campo foi o referente à observação de todas as unidades produtivas ou principais atores sociais relacionados às unidades de satisfação: hospedar, alimentar e entreter, identificadas na área destinada ao objeto de estudo, demonstrado na imagem ao lado.



BENEFÍCIOS E RESULTADOS

O projeto de mestrado abriu novas oportunidades para o pesquisador Bruno Sousa. Facilitou sua participação no evento Equinox - Atelier de Criação Urbana da Faculdade de Arquitetura da UEMA, além de receber prêmios em dois concursos nacionais e um internacional de Arquitetura, representando o Brasil em âmbito latino-americano.

Após concluir relatórios e dados obtidos com o projeto, o pesquisador acredita na probabilidade das unidades produtivas da área de estudo adquirirem ganhos econômicos, sociais e ambientais, por meio de ações que controlem os insumos, potencializando o tempo e os recursos, constituindo parcerias, amparando sistemas coletivos, que dividem e incorporam benefícios, proporcionando o reconhecimento e a expansão de todos os atores envolvidos. Para Sousa, há um ganho substancial de respeito a valores e identidades da cultura local, o que favorece a satisfação dos usuários, promovendo

assim, a ecoeficiência do produto e do custo.

“As ‘Novas Parcerias’ demonstram possibilidades de sinergias e associações entre todos os atores presentes na área, independentemente de qual seja o sistema a qual pertença, de modo que haverá sempre pontos em comum com algum ator em que poderá obter benefícios a partir destas parcerias, direta ou indiretamente. Já os ‘Novos Empreendimentos’ apontam negócios com grandes potencialidades de atuação, de acordo com os sistemas estudados, visando dar suporte e/ou complementando as atividades produtivas dos sistemas existentes”, enfatizou o pesquisador.

Outro benefício apresentado com o estudo foi o do reconhecimento das questões apropriadas à utilização responsável de bens e resíduos, ao uso de recursos locais e valorização da cultura, costumes e saberes tradicionais, a inclusão da população residente na área, tanto na escolha quanto na

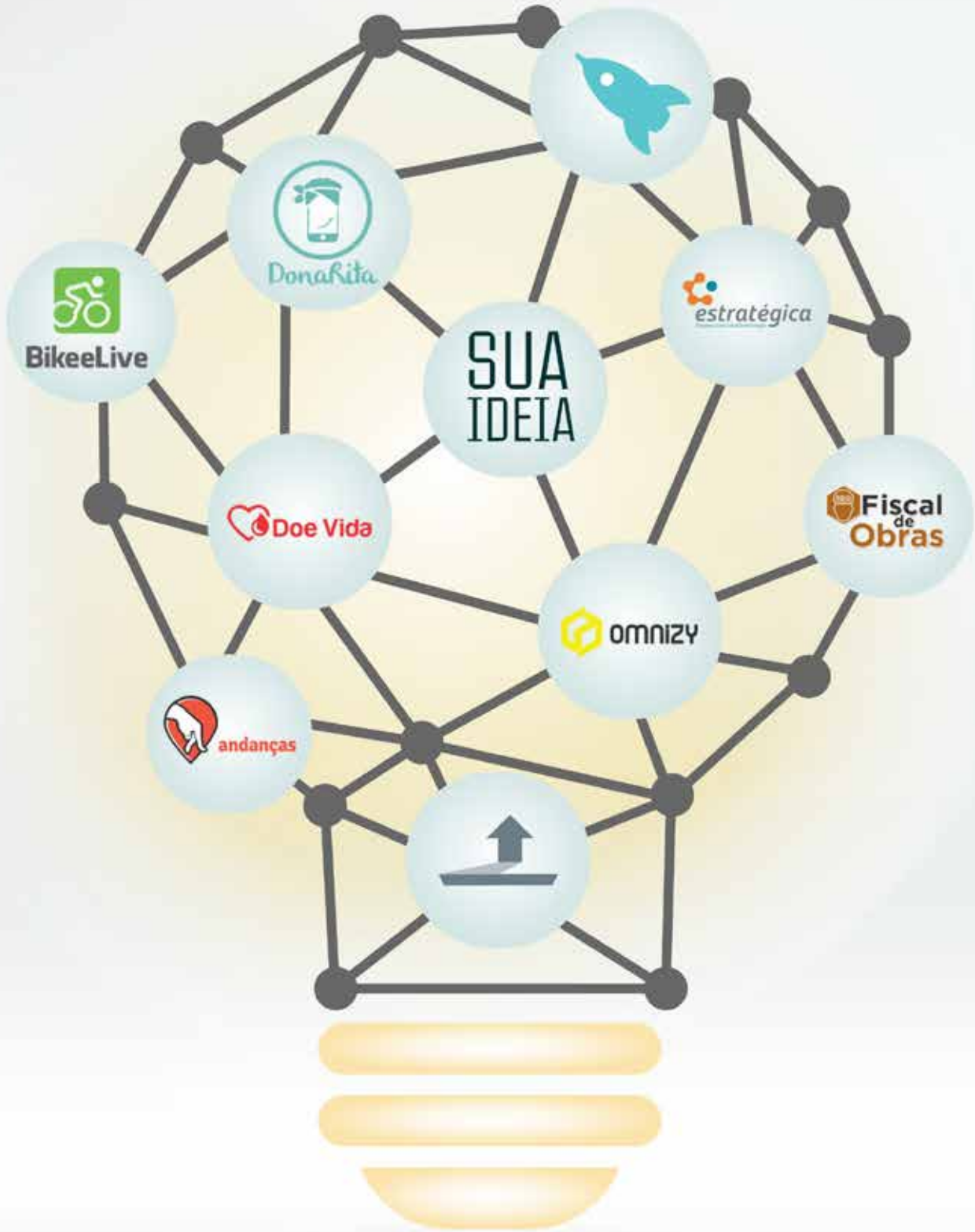
continuidade dos processos, a utilização racional de bens naturais e o resgate de valor do patrimônio cultural, necessário para o resguardo do sentimento de reconhecimento da identidade das pessoas e de toda a cidade.

E finalizou, “há a necessidade de um estudo aprofundado em direção a posicionamentos ainda mais pontuais para materialização de novas estratégias de produção ecoeficiente. O estudo mostra um caminho promissor para o turismo do centro histórico de forma sustentável, sem uma exclusiva dependência do poder público. Independente disso está a atuação e o empreendedorismo das pessoas na área de pesquisa, principalmente da população que reside no centro histórico de São Luís, e que em sua maioria é tão carente de recursos, mas ao mesmo tempo possui uma grande potencialidade a ser explorada literalmente na porta de suas casas, como o caso do turismo local desenvolvido por elas”.

NOVAS ATITUDES \ ECOEFICIÊNCIA DA PRODUÇÃO					
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL		SUSTENTABILIDADE SÓCIO-ÉTICA		SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	
Otimização da vida do sistema	Minimização de recursos	Priorizar recursos locais	Promover o consumo responsável e sustentável	Parcerias e cooperações	Posição de mercado e competitividade
Redução no transporte e distribuição	Minimização de Toxicidade	Favorecer a coesão social	Promover equidade e justiça na relação entre parceiros	Valor agregado para os clientes	Valor agregado para as empresas
Minimização e Valorização de resíduos	Conservação e Biocompatibilidade	Melhorar as condições de emprego e trabalho	Integrar pessoas com deficiência e marginalizadas	Efeito macro-econômico	Desenvolvimento de negócios a longo prazo

Estratégias de novas atitudes sustentáveis.

MAIS INOVAÇÃO



EDITAL

START UPS

O Governo do Estado do Maranhão e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, apresentam o **EDITAL FAPEMA Nº 034/2017 - STARTUPS**, com recursos no valor de **R\$ 850.000,00**, que será lançado hoje, na abertura da **FECOIMP**, em **Imperatriz**.

Acesse o site
www.fapema.br

FAPEMA

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS



Leandro Alves
Fotos: Divulgação



EDUCAÇÃO POPULAR E JUVENTUDE NEGRA - UM ESTUDO DA PRÁXIS POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO MOVIMENTO HIP-HOP EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Rosenverck Estrela Santos

Editora EDUFMA

299 páginas

Autoria de Rosenverck Estrela Santos, professor do Curso de Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros da UFMA. Faz parte do GIPEAB [Grupo de Estudo e Pesquisa Investigações Pedagógicas Afro-brasileiras] do Mestrado Profissional em Gestão de Ensino da Educação Básica em Educação Profissional e do GEPOLIS [Grupo de Estudos sobre Política, Lutas Sociais e Ideologias] do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

A obra apresenta um estudo sobre as relações entre o hip-hop e a educação popular no contexto maranhense, por meio do movimento organizado Quilombo Urbano, observando suas atividades organizativas e político-culturais. O autor analisa a formação de identidade étnico-racial mobilizadora e consciência crítica utilizadas para transformar a realidade de jovens negros e pobres, moradores da periferia de São Luís, como também suas possibilidades de resistência.

Qual o objetivo desta pesquisa?

Analisar as práticas político-pedagógicas de um importante movimento social da juventude negra maranhense: o movimento Hip-Hop organizado do Maranhão Quilombo Urbano, que ao longo dos seus 25 anos de existência desenvolve atividades políticas, sociais e culturais entre a juventude negra visando a constituição da identidade étnico-racial. Durante mais de 20 anos, participei e fui militante desse movimento, bem como de sua importância social e cultural para a cidade de São Luís.

De que forma o Hip-Hop pode contribuir para a transformação da realidade de jovens moradores da periferia da cidade?

A partir de suas ações centenas de jovens maranhenses constituíram suas identidades étnico-raciais, bem como se tornaram militantes dos movimentos sociais do Maranhão. Além disso, no Hip-Hop tem um forte apelo ao estudo e aprendizagem o que proporcionou que dezenas de militantes do movimento Hip-Hop entrassem em universidades públicas e privadas e passassem a desenvolver atividades referenciadas no movi-

mento. Surgiram, também, diversas monografias e dissertações de mestrado sobre o movimento, ou seja, houve um processo de produção de conhecimento da juventude negra.

Como o Hip-Hop chegou ao Brasil, visto que é um movimento que se originou na Jamaica e EUA?

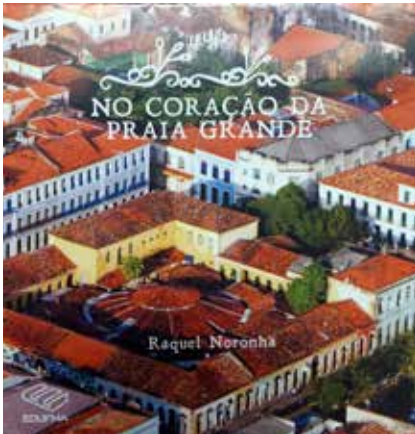
Chegou por meio da Indústria cultural, sem dúvida. Porém, por meio das culturas locais empreendeu processos de originalidade discutindo temas regionais e falando a partir das linguagens de cada território.

De que forma as práticas político-culturais se transformam em práticas pedagógicas originando um processo de educação popular em São Luís?

As práticas político-culturais por si mesmas já são práticas pedagógicas, pois fornecem um aprendizado sobre a realidade vivida, bem como proporcionam uma ampliação sobre o conhecimento das demandas dos jovens. Por meio das ações organizativas, esses jovens aprendem auto-organização e a fazer atividades que às vezes

é necessário o conhecimento da burocracia do estado e isso também gera aprendizado. Além disso, são ações que demandam conhecimento da História, das Leis e das determinações da desigualdade o que só é possível por meio de um processo de aprendizagem, realizado a partir de estudos de bibliografias, mas também no movimento da ação concreta das atividades. No mais, são práticas que conformam uma identidade e uma consciência crítica própria dos movimentos sociais.

O Hip-Hop desenvolve as posses, que são núcleos nos bairros periféricos, onde se trabalha o rap, o break e o grafite. Mas, não fica só nisso, nessas posses, são feitos grupos de estudos sobre temas como racismo, desigualdade, capitalismo, socialismo, entre outros. Também são elaborados planos de intervenções sociais nos bairros, especialmente visando atingir a juventude negra. O Quilombo Urbano, também organiza a Marcha da Periferia que se tornou um evento nacional e os Festivais de Hip-Hop. Realizam visitas em escolas públicas onde debatem na linguagem dos jovens os problemas vivenciados por eles.



NO CORAÇÃO DA PRAIA GRANDE: REPRESENTAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO NA FEIRA DA PRAIA GRANDE, SÃO LUÍS, MARANHÃO

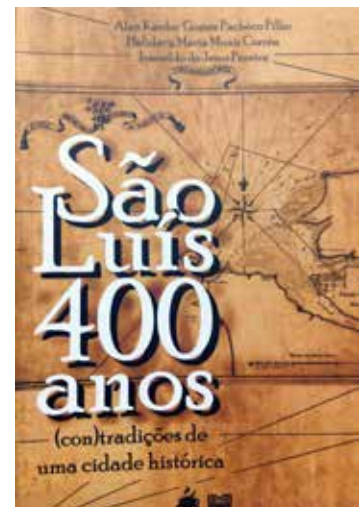
Raquel Noronha
EDUFMA
220 páginas

A pesquisa mapeia as representações em torno das noções de patrimônio acionadas por distintos agentes sociais. Para tanto, a autora toma para análise discursos e práticas de feirantes da Feira da Praia Grande e de gestores públicos da cidade de São Luís. Ela observa o processo de hierarquização dos discursos sobre a noção de patrimônio, analisa as diferentes posições no espaço social e as formas de reprodução das estratégias de legitimação política dos seus agentes em dois momentos históricos da atuação pública na preservação patrimonial em São Luís – desde o início da década de 1980, com a implantação do Projeto Praia Grande, e o atual momento de organização do Núcleo Gestor do Centro Histórico.

SÃO LUÍS 400 ANOS: (CON)TRADIÇÕES DE UMA CIDADE HISTÓRICA

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho
Helidacy Maria Muniz Corrêa
Josenildo de Jesus Pereira
EDUFMA, Café Et Lápiz
341 páginas

No ano de 2012, em que a cidade de São Luís comemorou 400 anos de fundação, pesquisadores da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) se reuniram para apresentar à sociedade maranhense uma ampla reflexão sobre as (con)tradições da cidade de São Luís nesses quatro séculos de existência. Com uma proposta de debates aberta quanto às percepções da cidade, estudiosos reuniram onze artigos coligidos neste projeto de publicação intitulado “São Luís 400 anos: (con) tradições de uma cidade histórica” com a finalidade de contribuir para um maior conhecimento acerca das mais diferentes experiências vividas na cidade. O autor ressalta que a parceria entre os pesquisadores das referidas instituições públicas tem se firmado devido a iniciativas de publicação como esta, mas, principalmente, pelo apoio dado pela Fapema, como órgão que mais tem valorizado e estimulado projetos desta natureza.



A CIDADE RADIANTE: O PLANO DE EXPANSÃO DA CIDADE DE SÃO LUÍS DO ENG. RUY RIBEIRO MESQUITA (1958)

José Antonio Viana Lopes
SETE CORES
160 páginas

O livro apresenta o Plano de Expansão da Cidade, proposto pelo engenheiro Ruy Ribeiro Mesquita na década de 1950, em seu formato original, destacando sua influência na formação socioespacial de São Luís no século XX. Dividido em duas partes, o livro oferece, na primeira parte, subsídios para a leitura deste marco do urbanismo maranhense estabelecendo relações entre o Plano e documentos semanais do urbanismo racionalista do início do século passado. Na segunda parte, o livro disponibiliza a transcrição literal do Plano e a reconstituição digital dos mapas, assim como a sua reprodução fiel a partir do original, valorizando-o como uma fonte fundamental nos estudos sobre o desenvolvimento da cidade de São Luís no século XX.



Parque Ambiental da Reserva do Itapiracó
- espaço de convivência e preservação
ambiental para a comunidade



DA EXPERIÊNCIA INCORPORADA NA CIDADE ÀS NARRATIVAS DOS FUTUROS POSSÍVEIS EM SÃO LUÍS

Fotos: Erly Silva e Maurício Alexandre

Alex Oliveira

É diretor-presidente da Fapema, doutor em Urbanismo Universidade de Paris-Est e professor de Arquitetura e Urbanismo da UEMA

Considerando os postulados de construção coletiva da cidade a partir da produção do projeto, como desejo e como produção coletiva de conhecimentos acerca dos problemas e das necessidades que temos. Diante deste pressuposto, nós propomos três questões. Como podemos nos incorporar à cidade? Como podemos enriquecer os tecidos narrativos do habitat urbano, a partir das práticas sociais que dão sentido aos lugares de morar? Como podemos compreender os futuros possíveis a partir da acolhida do outro e das experiências já vivenciadas?

Morar em uma cidade nos permite várias formas de se incorporá-la, a mais primária é a própria casa onde moramos e que rapidamente as transformamos em extensões de identidade e posse do próprio corpo, que podem se estender pelo território do cotidiano, do entorno imediato realmente vivido. Também podemos incorporar locais de estudo, de trabalho, de lazer, de religião e de manifestações culturais e ou políticas. Portanto, quando se propõe a reflexão sobre se incorporar, visamos realmente fortalecer as práticas que consolidam todas as formas de pertencimento orgânico, incorporado ao ha-

bitat urbano. Então, em relação aos campos sociais incorporados pelos sujeitos no seu cotidiano, acrescentamos as narrativas ou as práticas discursivas como fio condutor das trocas e da regulação dos conflitos e da construção das narrativas hegemônicas, entre os sujeitos no interior dos núcleos e entre os diferentes núcleos de pertencimento.

Compreendendo esta dupla determinação dos sujeitos e as questões colocadas, temos que orientar nossa ação a partir de alguns objetivos que levem em conta o direito à cidade, amplamente aceito pela ONU-Habitat, pelo Fórum Social das Américas, pelo Fórum Mundial Urbano e pelo Fórum Social Mundial. Estes direitos se definem como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios da sustentabilidade e da justiça social, e balisam nossa atuação incorporada na cidade e socialmente ativa como sujeitos portadores de narrativas em debate, e em disputa por hegemonia.

Sete princípios norteadores da luta para melhorar a vida nas cidades devem ser levados em conta nas nossas escolhas a incorporar na cidade

e nas narrativas que devemos construir, são eles:

1-Desenvolvimento social inclusivo, seguro e saudável e que levem em conta os direitos das mulheres.

2-Ambiente construído ecológico, fundado na eficiência quanto ao consumo das reservas de carbono.

3-Planejamento e processos decisórios participativos.

4-Economias locais dinâmicas e competitivas, promovendo um trabalho decente e remunerado.

5-Garantia do direito à cidade, igualitário e sem discriminação.

6-Dotar as cidades e as populações locais de meios para planejar melhor suas transformações e a gestão das crises.

Estes desafios aliados às mudanças na sociedade e nas suas exigências em termos de justiça social, de economia inclusiva e de responsabilidade ambiental, tornam o desafio de projeto de cidade para São Luís ainda mais instigante. É a partir da ideia de se trabalhar em torno de futuros possíveis que se coloca em debate o futuro da cidade de São Luís. Porém, esta decisão é sempre confrontada

com o debate em torno do lugar das utopias no planejamento das cidades. Para Bernardo Secchi, este debate acompanha todo o século XX. Para ele, a utopia volta para história europeia em ciclos, sobretudo nos períodos das crises que põem em cheque as estratégias projetuais consolidadas, aumentando as incertezas sobre o que vai acontecer.

Neste sentido, é extremamente oportuno falar de utopias como futuro possível que se avizinha, que traz consigo a força criativa e imaginativa daqueles que têm projetos. Não se trata, portanto de se abandonar a problematização, mas sim de explorar melhor novas possibilidades, fortalecer nossas teses sobre o futuro para a cidade, antes de partirmos para a produção da crítica, da problematização ancorada no chão do território. Este reequilíbrio metodológico nos permite fazer diagnósticos focados nos conceitos projetuais que assumimos para nossas propostas, produzindo diagnósticos focados na superação dos entraves para a consecução dos nossos objetivos.

Para tanto fazemos algumas sugestões para a cons-



Melhoria da mobilidade urbana exige construção de vias de circulação e acesso a transporte público de qualidade

trução de novas narrativas e para o fortalecimento das práticas convergentes já experimentadas na cidade. A primeira delas é a integração do sistema de planejamento e gestão da cidade que deve alcançar índices mais elevados de coordenação das ações. Assim a cidade colherá os frutos de uma mudança estrutural de longo prazo que permita a reorganização da produção do novo parque construído. A moradia deve passar a ser tratada articulada com diversas políticas de desenvolvimento urbano, focadas no adensamento das áreas já consolidadas e com infraestrutura instalada. Esta preocupação permite o desenvolvimento de programas habitacionais diversificados voltados para a ocupação de espaços intersticiais deixados na cidade por conta de uma política de expansão urbana, praticada até hoje. Com uma nova lei de macrozoneamento que permita o manejo sustentável das áreas de proteção e a urbanização de suas fronteiras, incluindo a população e aproximando-a das áreas protegidas garantindo a preservação e a valorização de seu entorno.

Para o entorno das áreas protegidas, precisamos fortalecer as narrativas que defendem a transformação delas em parques, universidades de economia criativa e em estações ecológicas, que se tornem espaços atrativos para o adensamento populacional, com novas moradias valorizadas que aproveitam o ambiente saudável e o microclima criado pelas reservas. Para a moradia popular deverão ser implantados projetos de requalificação dos bairros populares com ênfase para a criação de novos corredores de transportes mais adensados e de uso misto e multimodais, com atividades econômicas que internalizem os benefícios do crescimento eco-

nômico, gerando mais emprego e renda para a população.

Para zona rural e periurbana é necessário fomentar a criação de ecovilas de economia solidária e familiar, com incentivos para a produção e beneficiamento da agricultura urbana, da meliponicultura e micropecuária, garantindo uma zona rural mais atrativa para moradia e geradora de riquezas “botom up” que irrigam a economia local de baixo para cima em todos seus extratos.

A criação de zonas de atividades mistas nos bairros

Para a moradia popular deverão ser implantados projetos de requalificação dos bairros populares com ênfase para a criação de novos corredores de transportes mais adensados e de uso misto e multimodais, com atividades econômicas que internalizem os benefícios do crescimento econômico gerando mais emprego e renda para a população.

gerarão novos espaços de articulação de serviços, comércio e moradias, em parques construídos mais adensados, que agradem aos homens e às mulheres do bairro porque eles poderão cuidar da família e trabalhar no bairro reduzindo tempo de deslocamento e de uso dos transportes coletivos. Também é oportuno destacar a articulação entre a política habitacional e a produção de novas infraestruturas, que permitam a articulação dos tecidos urbanos consolidados, por meio da criação de conexões intrabairros e pela definição de corredores de expansão que deverá ser regulamentada pela prefeitura. A consolidação e efetividade dos corredores de transportes em vias exclusivas aumentará a fluidez do sistema e o seu uso pela população dada

à eficiência do novo sistema de transporte coletivo que será ofertado. Para tanto é necessária a criação de um plano de mobilidade, com um sistema multimodal de transporte, fundado sobre a circulação de pedestres, bicicletas, tanto para o uso individual, como alternativa para a distribuição de bens e serviços.

Outro aspecto que melhorará a mobilidade é o sistema de articulação dos espaços livres, que permitirá percorrer grande parte da cidade por vias

de circulação não poluentes para pedestres e ciclistas que são seguras e agradáveis, graças a sua proximidade das áreas protegidas e aos corredores verdes sombreados por árvores que devem ser plantadas agora. A articulação entre novos arranjos de moradia, infraestrutura e mobilidade, gera um desenvolvimento local inclusivo, mais sustentável,

ancorado em redes de produção local implantadas nos bairros, assim como em novos produtos culturais e agroalimentares que internalizam as novas narrativas e os novos modos de produção e consumo da cidade.

Estas são algumas das narrativas já em experiência pelo mundo, perfeitamente possíveis na Ilha, um verdadeiro chamado para nossos grupos de pertencimento, os já incorporados e os desejanter de corpo e organicidade, por desenvolvimento social inclusivo, seguro e saudável e que levem em conta os direitos das mulheres, dos negros, comunidade LGBTs, pessoas portadoras de deficiência e de todos nós que habitamos este corpo maltratado da nossa ILHA.



UEMASUL



**Universidade Estadual da
Região Tocantina do Maranhão**

WWW UEMASUL EDU BR

UEMASUL@UEMASUL EDU BR





AMPLIANDO E DEMOCRATIZANDO A CIÊNCIA PARA A JUVENTUDE MARANHENSE

Tatiana Pereira
Secretária de Estado da Juventude

Houve um tempo em que no Maranhão as políticas públicas eram puramente assistencialistas e/ou restritivas. No que se refere à juventude, essa constatação era de praticamente inexistência de políticas públicas para os jovens maranhenses. Porém, o principal papel das gestões públicas, é garantir direitos e ampliar oportunidades para todos. A partir desse entendimento, o Governo Flávio Dino tem pensado e desenvolvido em todas as áreas, mas especialmente, para a juventude, políticas públicas estruturantes que ampliem cada vez mais as oportunidades e beneficiem ainda mais jovens em todo o estado.

Um bom exemplo de que estamos mudando a cultura das ações puramente assistencialistas e/ou restritivas para a prática de políticas públicas estruturantes que democratizam as oportunidades, são as ações na área do incentivo à pesquisa e extensão no ambiente escolar da rede estadual de ensino.

Uma iniciativa, em especial, ilustra bem como tem sido a política de estímulo à produção do conhecimento científico e tec-

nológico, do Governo do Estado. Trata-se do projeto Geração Ciência, pensado e desenvolvido de forma conjunta entre as secretarias de Estado da Juventude (Seejuv), Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema). Com o investimento nesse projeto, o governo ampliou em 1000% o número de bolsas de Iniciação Científica no Estado.

Lançado em 2016, o edital 'Geração Ciência' já contemplou em duas edições 165 projetos de pesquisa, beneficiando mais de 600 alunos de escolas públicas, promovendo engajamento científico e tecnológico dos jovens estudantes na busca de soluções sustentáveis para o desenvolvimento do Maranhão. Apenas na sua segunda edição em 2017, foram beneficiados 256 estudantes de mais de 20 municípios do estado. O investimento será de mais de R\$ 957 mil em bolsas de iniciação científica, de professor cientista e auxílio para execução dos projetos nas escolas. Entre as propostas aprovadas na edição de 2017, a maioria é da área de Ciências Humanas, seguida das de Linguística e Ciências Biológicas. Nas duas edições

do edital estão sendo investidos mais de R\$1,5 milhão no financiamento de projetos de pesquisa científica e tecnológica para alunos de escolas do Ensino Médio no Maranhão.

Esses números do edital Geração Ciência evidenciam a democratização do desenvolvimento da pesquisa e da ciência no ambiente escolar da rede estadual de ensino e ampliam as oportunidades para nossos jovens, propiciando que o ambiente escolar seja cada vez mais um berço de produção de conhecimentos que gere cidadania e transforme vidas.

O Geração Ciência se junta a tantas outras ações do Governo do Estado que contribuem para valorizar a juventude e incentivar nossos jovens a sonhar e acreditar que podem conquistar cada vez mais espaço na sociedade. Isso mostra que o governador Flávio Dino tem um olhar bem especial para os jovens maranhenses, de forma particular no que tange a educação. É a mudança, perceptível em todos os setores do nosso estado, também presente nos investimentos que geram oportunidades e desenvolvimento para a juventude maranhense e, conseqüentemente, para o Maranhão.



PRÊMIO FAPENMA 2017

FAPENMA

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

